



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CLAYTON DE MEDEIROS SANTANA**

**A DICOTOMIA DAS PERSPECTIVAS AUTONOMISTAS  
E REINTEGRACIONISTAS DO GALEGO E SUAS  
PROJEÇÕES INTERNACIONAIS**

**JOÃO PESSOA – PB  
2014**

**CLAYTON DE MEDEIROS SANTANA**

**A DICOTOMIA DAS PERSPECTIVAS AUTONOMISTAS  
E REINTEGRACIONISTAS DO GALEGO E SUAS  
PROJEÇÕES INTERNACIONAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Giulina Dias Vieira

JOÃO PESSOA – PB  
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S231d Santana, Clayton de Medeiros

A dicotomia das perspectivas autonomistas e reintegracionistas do Galego e suas projeções internacionais [manuscrito] : / Clayton de Medeiros Santana. - 2014.

54 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Dr. Giuliana Dias Vieira, Departamento de Relações Internacionais".

1. Galiza. 2. Identidade. 3. Normatização Linguística. I.  
Título.

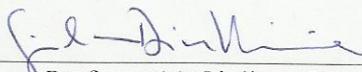
21. ed. CDD 326

CLAYTON DE MEDEIROS SANTANA

A DICOTOMIA DAS PERSPECTIVAS AUTONOMISTAS E  
REINTEGRACIONISTAS DO GALEGO E SUAS PROJEÇÕES INTERNACIONAIS

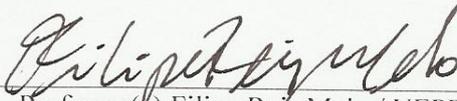
Monografia apresentada ao Curso de Relações  
Internacionais da Universidade Estadual da  
Paraíba.

Aprovada em 12/03/2014.



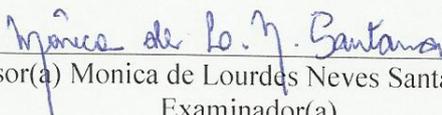
---

Professor(a) Giuliana Dias Vieira / UEPB  
Orientador(a)



---

Professor(a) Filipe Reis Melo / UEPB  
Examinador(a)



---

Professor(a) Monica de Lourdes Neves Santana / UEPB  
Examinador(a)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1 BREVE PERCURSO SOBRE A HISTÓRIA-POLÍTICA DA GALIZA: O PRINCÍPIO DE AUTARQUIA</b> .....	11
1.1 Território Político: Fundação e Fundamentos do ressurgir literário do idioma na Galiza.....	11
1.2 Galiza e o galego: Sujeição ao Estado espanhol.....	15
<b>2 A DICOTOMIA ENTRE AS PERSPECTIVAS AUTONOMISTA E REINTEGRACIONISTA DO GALEGO: A LÍNGUA DA DISCÓRDIA</b> .....	20
2.1 A Desgaleguização Confluyente .....	20
2.2 A Ditadura Franquista e a Redemocratização .....	24
2.3 O embate Autonomista <i>versus</i> Reintegracionista: Construção identitária na Galiza	27
<b>3 A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO DEBATE LINGUÍSTICO: GALIZA NA CPLP</b> .....	32
3.1 Reintegracionistas e o Independentismo Galego.....	32
3.2 Análise do discurso na construção da identidade galega: O caso do BNG .....	34
3.3 CPLP: Oportunidades e Perspectivas .....	42
3.4 A Perspectiva Construtivista nas Relações Internacionais .....	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	49
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51

Dedico ao meu pai, Manuel Alves de Santana Neto, aos meus avós, e aos avós de meus avós, ao meu ontem.

Dedico a minha mãe, Maria Madalena de Medeiros, aos meus filhos e aos filhos dos meus filhos, ao meu amanhã.

## AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar meu trabalho, gostaria de endereçar alguns agradecimentos a pessoas e entidades.

Primeiramente, devo meus sinceros agradecimentos a Universidade Estadual da Paraíba, onde estudo atualmente o Curso de Bacharelado de Relações Internacionais.

Em segundo lugar, a Prof<sup>a</sup>. Dra. Giuliana Dias Vieira quem me orientou neste trabalho. Muito obrigado pela sua disponibilidade.

Meus agradecimentos estão endereçados também aos senhores da “*Mesa pola Normalización Lingüística*”, bem como ao senhor Xosé Manuel Baños García do Partido “*Bloque Nacionalista Galego*”. Muito obrigado por vossa ajuda, disponibilidade e contatos.

A pessoas, em particular, com quem me sinto profundamente endividado, cada uma delas contribuiu direta ou indiretamente na minha investigação.

A minha mãe Madalena que sempre me apoiou incondicionalmente.

Muito obrigado a Meir Torres, meu amigo do peito por sua disposição e ajuda com o idioma galego.

Agradeço também a Prof<sup>a</sup> Silvia Nogueira pelos esclarecimentos prestados e pela documentação disponibilizada.

A Elichai Kadosh que mesmo distante nunca deixou de acreditar em mim.

A Alex Douglas Meaux Dias Rodrigues que me inspirou em meu trabalho.

E, por fim a João Paulo Bernardo da Silva. Muito obrigado, por seu apoio.

*Validos de treidores a noite da Frouseira á  
patria escravizaron uns reis es de Castela.  
Com estas polo tempo, xa afloxan as  
cadeas... Irmáns asoballados de xentes  
extranxeiras, ergámo-la bandeira azul e  
branca! e ó pé da enseña da nazón galega  
cantémo-lo dereito a libertar a Terra!*

**Ramón Cabanillas**  
"Da Terra Asoballada" (1917)

## **RESUMO**

O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar as perspectivas Autonomista e a Reintegracionista da Galiza, buscando observar a conseqüente politização deste embate a nível internacional. Assim, baseando-se num método descritivo, analítico e qualitativo, demonstrar-se-á a problemática das discussões entre as perspectivas galegas e suas projeções internacionais. Estas duas perspectivas divergentes, a Autonomista e a Reintegracionista, respectivamente, tem engendrado ações políticas internacionais que podem vir a reconfigurar o mapa político europeu, explicitando uma interessante coesão entre normatização linguística e Relações Internacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Galiza. Identidade. Normatização Linguística. Autonomismo e Reintegracionismo.

## **ABSTRACT**

The present monograph aims to analyze the autonomist perspective and the perspective of reintegration of Galicia by seeking to observe the consequent politicization of this clash internationally. Thus, based on a descriptive, analytical and qualitative method, demonstrating the problematic of discussions between Autonomists and Reintegrationists of the Galician, the consequent politicization of this clash at the international level. These two divergent perspectives, the autonomist and reintegrationist, respectively, have engendered international political actions that may reconfigure the political map of Europe, highlighting an interesting cohesion between linguistic normalization and International Relations.

**WORDS-KEY:** Galicia. Identity. Linguistic Normalization. Autonomist and Reintegrationist

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico insere-se no âmbito do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais iniciado no ano letivo 2008.1.

Representa parte da pesquisa desenvolvida tem como objeto de investigação “*A dicotomia das Perspectivas Autonomista e Reintegracionista do galego e suas projeções internacionais*”, buscando observar a conseqüente politização deste embate a nível internacional, explicitando uma interessante coesão entre normatização linguística e relações internacionais. Tais projeções significam que diferentes entidades políticas, científicas e da sociedade civil dentro daquele território denominado Galiza, estão empenhadas em restabelecer relações com a lusofonia. Digo “restabelecer relações” porque a proximidade entre o galego e o português são evidentes, o que justificaria tal empreendimento e significando que tais relações foram rompidas objetivando-se nesse momento serem reestabelecidas.

O interesse por essa questão surge em 2009.1 quando a partir do componente curricular Língua Portuguesa, iniciei minha pesquisa das afinidades históricas e linguísticas entre o galego e o português continental, desde então procurei aprofundar-me nesse assunto buscando conhecer a história dessa região, de seu idioma e sua ligação com Portugal.

Estruturalmente, optei pela concepção desta pesquisa em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado *Breve percurso sobre a história-política da Galiza: O princípio de Autarquia*, procuro chamar atenção para os elementos históricos e linguísticos compartilhados entre estas duas nações históricas demonstrando que tais elementos mantiveram-se mesmo depois da separação de Portugal e da sujeição da Galiza ao Reino de Castela. Ao longo dos séculos de sujeição da Galiza ao Estado espanhol, Portugal desenvolveu características distintas, mas isso não significa que perdeu sua ligação linguística e histórica com a “*naçom galega*”. Demonstro também que desde a formação do Reino de Galiza até a sua consolidação o princípio de autarquia esteve presente moldando a estrutura política e social na região galega.

O capítulo segundo, *A dicotomia entre as perspectivas autonomista e reintegracionista do galego: a língua da discórdia*, faz uma descrição do processo de desgaleguização resultante da separação do estado Português e da submissão da Galiza ao idioma de Castela. Objetiva-se problematizar as divergências existentes entre as concepções autonomista e reintegracionista. Parto do pressuposto de que à Galiza, como entidade política interna do Estado espanhol, foi aplicada desde 1981, ano em que se cristaliza num estatuto a Espanha das Autonomias prevista pela constituição de 1978, uma política linguística que tem como principal característica objetivos assimilacionistas parcialmente conseguidos. Na Galiza, até o final da década de 1970 não havia quem questionasse a unidade do galaico-português, seja em âmbito universitário, intelectual ou político, mesmo quando a escrita galega já estava sendo substituída por uma versão mais ou menos espanholizada. Foi apenas a partir da implementação do sistema democrático que foi adotada paulatinamente uma política anti-lusófona gerando debates e protestos dentro da Galiza.

No capítulo terceiro, *Projeção internacional do debate linguístico: Galiza na CPLP*, procura-se compreender as projeções internacionais resultantes dos embates normativos linguísticos considerando especificamente a perspectiva reintegracionista em sua tentativa de articular forças sociais comprometidas com a língua galega, com objetivos verdadeiramente normalizadores cuja meta é a oficialização do galego como língua nacional da Galiza objetivando uma maior aproximação a Lusofonia. Seria uma estratégia política para se afastar do Estado Espanhol? Busco compreender o processo de “libertação” da Galiza e suas implicações no Sistema Internacional de Estados.

Sabendo que os conceitos de estado, nação, nacionalismo e identidade constituem-se como categorias epistemológicas necessárias para a abordagem investigativa que pretendo fazer sobre a dimensão internacional dentro da temática relacionada a normatização da língua galega procurei tratar do assunto ocasionalmente nos capítulos um e dois.

A consulta das fontes deu lugar à leitura de textos de autores que também se interessaram pelo tema, bem como pesquisas de outras fontes bibliográficas. Optou-se pela utilização das fontes originais em galego inseridas no corpo documental e amalgamadas ao idioma português enfatizando a proximidade de ambas as línguas.

Metodologicamente, a pesquisa tem a história como campo privilegiado de observação, pois qualquer compreensão ou análise das perspectivas na Galiza, estaria

incompleta, ou pelo menos seriam consideradas imparciais se antes de observarmos a consequente politização deste debate a nível internacional, deixássemos à parte a história dessa região e sua luta pela manutenção de seu idioma como ferramenta de construção de uma identidade coletiva, cultural e nacional. Por isso faz-se necessário uma contextualização cujo objetivo seja demonstrar as afinidades históricas bem como os traços identitários compartilhados por Portugal e Galiza.

## **1 BREVE PERCURSO SOBRE A HISTÓRIA-POLÍTICA DA GALIZA: O PRINCÍPIO DE AUTARQUIA**

Neste capítulo, temos por escopo analisar as afinidades históricas, culturais e linguísticas entre Portugal e Galiza com ênfase no Galego-Português. Partindo dessas semelhanças, analisaremos no corpo documental deste trabalho duas perspectivas divergentes dentro do território galego, a saber: a autonomista e a reintegracionista, respectivamente, entendendo a importância do referente português na formulação de uma identidade nacional galega e seu interesse em internacionalizar seu idioma integrando-o a Lusofonia e a CPLP. Para entendermos tal problemática que envolve o embate existente entre as perspectivas autonomista e reintegracionista da Galiza, faz-se necessário conhecer a história dessa região (1.1) e a luta pela manutenção de seu idioma como ferramenta de construção de uma identidade coletiva, cultural e nacional (1.2).

### **1.1 Território Político: Fundação e Fundamentos do ressurgir literário do idioma na Galiza**

Atualmente, a Galiza é uma entidade política interna do Estado espanhol, situada ao norte de Portugal, nessa região além do castelhano, fala-se o idioma Galego, língua que comparte com o português grandes afinidades. Sabe-se que o Galego é uma língua histórica com séculos de trajetória normalizada, mas decaiu numa parte de seu território original enquanto se convertia em língua colonizadora no vizinho Estado português.

No que concerne ao território galego conhecemos muito pouco sobre os primeiros habitantes dessa região, mas o que sabemos é que eram sociedades seminômades cujas diferenças entre os sexos respondem a pautas de tipo cultural com papéis sociais determinados e fundamentando a sua economia, onde o homem caça e a mulher recoleta. Para a caça, como ocorrem em outras sociedades da época, usavam-se diversos instrumentos de pedra, como os encontrados nas regiões litorâneas que vão do Minho ao Vigo, ou na Terra Chã.<sup>1</sup>

A religiosidade dessas populações está muito relacionada com os fenômenos naturais, mas é a partir da descoberta da agricultura que essas sociedades começam a sofrer profundas mudanças sociais com importantes consequências que produzirão uma paulatina sedentarização e crescimento populacional. Não sabemos precisamente quem

---

<sup>1</sup>Para o entendimento ver a Historia da Galiza em banda desenhada. Associação da Língua: Terra de Trasancos, 1995, p. 6-7.

introduziu o modo de produção agrícola nessa região, mas se sabe com certeza que sua chegada procede do Oriente. Com a introdução do modo de produção agrícola e seus excedentes começam a surgir diferenças sociais que ameaçarão e porão fim ao modelo de sociedade relativamente igualitária característico das sociedades que habitam a região.<sup>2</sup>

A Região galega possui um legado histórico bem documentado, de acordo com Campos:

No que se refere à ocupação humana do território existem vestígios que remontam à pré-História e que marcaram a paisagem deste território. Os testemunhos mais antigos que o comprovam são os monumentos megalíticos. A cultura megalítica reveste-se de particular importância, não só pela quantidade de testemunhos que permaneceram”, mas também pela “sua singularidade e possível relação com outras culturas atlânticas periféricas dos espaços irlandês e britânico”(CAMPOS, 2009, p.11).

Estes monumentos megalíticos, assim citados, tratam-se de sepulturas de câmara interior escavadas em rochas e distribuídas por toda a região, são denominadas “mámoa”<sup>3</sup> em galego e são datadas pelos especialistas como pertencentes ao período Neolítico. Tais sepulturas evidenciam os câmbios sociais já existentes nesse período apontando mudanças na estrutura dessas sociedades.

Estas construções sepulcrais megalíticas apontam mudanças na religiosidade dos habitantes da região bem como na constituição social daquelas sociedades, pois a construção de tais “mámoas” exigia um trabalho coordenado de tempo considerável e realizado por uma equipe dirigida por uma hierarquia civil-religiosa o que evidencia o surgimento da nova sociedade não-igualitária em contraste com o modelo anterior.

É também durante o fim do período que evidenciaram-se mudanças econômicas tanto na agricultura com a utilização de animais, quanto na metalúrgica quando essas sociedades passam a desenvolver técnicas de extração de metais cujos excedentes permitirão o comércio com o mediterrâneo e outras zonas do atlântico.

Faz-se necessário destacar, que o território galego-português é criador de modelos autóctones que chegam até a conquista romana. Não é possível abranger aqui

---

<sup>2</sup> Ibidem, 1995.

<sup>3</sup>De acordo com o **Dicionário da Real Academia Galega On line**– Mámoa significa - Sepulcro prehistórico da época megalítica, formado por un dolmen cuberto por un montículo de terra de planta circular e de arredor de cinco metros de altura. *Polos restos atopados, os arqueólogos datan a mámoa no terceiro milenio a.C.*

toda a história dessa região, porém é preciso demonstrar que foi a partir dessas autarquias regionais denominadas “trebas” ou “cultura castreja”, que a região galega consolidou-se e manteve-se. Para Campos:

Outro aspecto no qual o norte de Portugal e Galiza devem ser considerados inseparáveis prende-se com o aparecimento da cultura castreja, representando a fixação dos povos neste espaço. Este processo deu-se de forma autóctone, notando-se apenas algumas influências externas, essencialmente de origem céltica, consequência das invasões protagonizadas pelos povos indo-europeus, no norte da Península Ibérica (CAMPOS, 2009, p.11).

O contato dessas autarquias com os soldados romanos causaram profundas mudanças nessas sociedades, é verdade, mas a estrutura social básica, a cultura e a religiosidade mantiveram-se apesar da conquista romana. Pois, nem os romanos, nem os visigodos ou os suevos, conseguiram modificar a estrutura social dessa região, suas instituições autárquicas e sua cultura, a “*Gallaecia*” continuou sendo fundamentalmente isolada e rural. Assim, “é neste conceito de ocupação romana que os filólogos localizam os primeiros indícios de um espaço linguístico Galego-Português” (MAIA Apud CAMPOS, 2009, p.12).

A aproximação dessas autarquias<sup>4</sup> com o império romano causaram mudanças linguísticas na região e contribuíram para estruturar aquele que viria posteriormente a ser denominado “*o idioma galego*”, pois, foi depois de longas campanhas romanas fora da Galiza, com a participação e alistamento forçado de soldados galegos mandados em corpos auxiliares por seus próprios líderes romanizados, que a língua dessas populações autóctones começou a ser substituída de forma decisiva, dando lugar ao latim.<sup>5</sup>

Foi a partir, então, da imposição da cultura romana e a adoção do latim vulgar pelas províncias da região, que ocorreram em cada região inovações fonéticas, gramaticais e preferenciais que darão origem as línguas neolatinas dentre elas o galego.

Até a alta idade média a sociedade galega manteve-se isolada, estruturada conforme sua herança autóctone herdada anteriormente da dominação romana. Ou seja,

---

<sup>4</sup>Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira - “**Autarquia**. [Do gr. autarchía] S.f. 1. Poder absoluto. 2. Governo de um Estado pelos seus concidadãos. (...) 5. Jur. Entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública, sujeita à fiscalização e à tutela do Estado, com patrimônio constituído de recursos próprios, e cujo fim é executar serviços de caráter estatal ou interessantes à coletividade, como, entre outros, caixas econômicas e institutos de previdência.”

<sup>5</sup>Ver a História da Língua em Banda Desenhada. Meendinho Edições, 1992, p.12.

a Galiza medieval continuará a ser eminentemente rural e autóctone, “[...] mas o facto de estes povos terem permanecidos nesta espécie de “isolamento” teve suas consequências, remetendo essa região para uma posição periférica e de subdesenvolvimento” (CAMPOS, 2009, p.12).

Ainda no que tange ao surgimento do idioma galego, o primeiro texto escrito nesse idioma é denominado “Cantiga Sátira”<sup>6</sup> e foi escrito por volta de 1200 por Joam Soares Paiva. Todos os documentos historiográficos escritos nesse idioma atestam tanto a sua antiguidade quanto o fato de que já por volta de 1200 e depois, o galego era a única língua falada por toda aquela população e normalizada<sup>7</sup> em todo aquele território.

Portanto, o idioma galego existe desde tão cedo e se manteve concomitantemente com o reino da Galiza por toda idade média. Podemos dizer que a presença islâmica não provocou grandes alterações culturais, sociais, econômicas e políticas nesta região.

É a partir dos reis católicos que o reino da Galiza apesar de continuar sendo reino, perde sua capacidade política e passa a ser cada vez mais absorvido por uma monarquia autoritária. O processo de reconquista cristã vai ser determinante para a separação dos dois reinos do noroeste peninsular, “[...] com base nos interesses e desejos de infanções que guerreiramente se dispunham” (PACHECO Apud CAMPOS, 2009, p. 12.). É, portanto, com os reis católicos que também começa a luta desse idioma pela sua continuidade e autonomia.

Um fator decisivo para o futuro da Galiza e o idioma galego, foi o nascimento e posterior independência do Condado Portucalense, região que originalmente era integrada ao Reino de Galiza. A divisão do Reino de Galiza por D. Afonso VI de Leão e o posterior reconhecimento da soberania portuguesa tiveram importantes consequências políticas, econômicas e sociais para ambas as regiões agora separadas pelo Rio Minho.

Assim Campos diz:

---

<sup>6</sup> Dados obtidos no portal da Xunta de Galicia. Origen e Historia. Disponível em: [http://www.xunta.es/linguagalega/datos\_basicos\_de\_la\_lengua\_gallega]. Texto acessado em 15 de jan. 2014.

<sup>7</sup> Durante séculos, especificamente a partir dos séculos XII e XIII, foi elaborada na Corte e nas escolas eclesiásticas a norma com associação ao português evidenciando que estes idiomas possuíam desde muito cedo uma norma escrita comum. Para mais informações vide: "O Galego-Português-Brasileiro e a Política Linguística na Galiza", texto da conferência proferida em Vigo no dia 16 de setembro de 2000, no Curso de Verão do BNB organizado pela Fundação Galiza Sempre e proferido por Camilo Nogueira.

A partir deste acontecimento as duas regiões vão seguir por caminhos bastante díspares [...] enquanto no Condado Portucalense o futuro rei tinha como garantido o apoio da maioria dos “senhores” do seu território, no reino leonês, com a qual a Galiza mantinha laços de afinidades, era visível uma forte submissão de Afonso VII aos interesses dos magnates galegos. Após a independência, vai haver uma ruptura total com Leão, facto que teve consequências para o reino da Galiza, “que viu romper definitivamente a sua identidade política mais antiga, a romana, e fechados os caminhos do Sul, para o seu desenvolvimento e expansão”. Por outro lado, esta situação deixou a Galiza ainda mais isolada no mapa peninsular, afastada do processo de reconquista e de repovoamento, ficando uma vez mais “à margem dos grandes processos militares e políticos do reino de Afonso VII” (BARREIRO; RECUERO, Apud CAMPOS, 2009, p.13).

A separação de Portugal e Galiza geraram alguns conflitos nos seus limites meridionais [...] de modo que, as contendas entre Portugal e Galiza foram sempre de natureza política e nunca a nível social e cultural, no qual se mantiveram as relações (CAMPOS, 2009, p.13). Portanto, é preciso dizer, que mesmo depois da separação política entre Portugal e Galiza, os cidadãos de ambos os lados da fronteira continuaram compartilhando uma mesma identidade cultural, o que ainda se mantém.

É precisamente a partir da independência do Condado Portucalense e da paulatina sujeição do que sobrou do antigo reino de Galiza aos monarcas castelhanos, que a cultura e língua galega bem como sua identidade nacional autóctone e histórica, iniciam seu processo de decadência e submissão.

Esse processo de decadência e submissão do reino de Galiza e supressão de seu idioma, está intimamente ligado a tais fatores históricos, quando o galego-português, língua histórica com séculos de trajetória normalizada decaiu numa parte de seu território originário, enquanto se convertia em língua colonizadora no vizinho Estado português.

Por causa de tais fatores alguns consideram o idioma galego e o português como línguas irmãs que compartilhem a mesma origem no galaico-português, ou como variantes da mesma língua.

## **1.2 Galiza e o galego: Sujeição ao Estado espanhol**

Para uma compreensão da sujeição de Galiza a Espanha, é necessário compreender o projeto de Estado-Nação espanhol, quando se estabelece na Espanha uma monarquia absoluta e centralizadora, entrando a Galiza no processo contínuo de

“castelhanização” que ameaça não somente sua autonomia política, mas também a cultura e língua galega.

Tal processo continuou mesmo depois do declínio econômico e político ocorrido na Espanha na segunda metade do século XVI. No mesmo sentido Abrente afirma:

O Estado unitário nasceu com a instauração do absolutismo nas chamadas "nações imperiais marítimas", tais como França, Inglaterra, Portugal, Castela ou Dinamarca. No caso espanhol, o projecto imperial dos Habsburgo ocupou um papel económico central na Europa da primeira metade do século XVI, com umha expansom comercial transatlántica e grande influência política no velho continente [...] A partir da segunda metade do século XVI, Espanha perdeu fôlegos tanto no plano económico quanto político no palco internacional, deixando de ocupar um lugar entre os mais poderosos do centro da economia-mundo em favor de outras potências concorrentes: França, Países Baixos, Inglaterra, [...] A função da Galizana precária incorporação espanhola ao capitalismo industrial no século XIX impom-lhe um papel defornecedora de matérias primas e alimentos aos centros económicos existentes no Estado (ABRENTE, 2006, p.25).

Isso significa que, enquanto Portugal difunde seu idioma e sua cultura para as colônias ultramarinas, ocorre o empobrecimento da cultura galega, bem como a repressão de seu idioma e autonomia política.

Desde então, para Rodrigues:

[...] o galaico-português deixou de escrever-se e ensinar-se. E também deixou oficialmente de poder falar-se. Desapareceu como meio de expressão entre os súbditos e as autoridades civis e religiosas. Deixou mesmo de ser língua de igreja [...] O galaico-português era, portanto, uma enorme cunha desse rival político cravada no corpo colossal de Espanha e uma ameaça à unidade espanhola (1997, p.9 Apud CAMPOS, 2009, p.14).

O ressurgir literário do idioma na Galiza a partir da segunda metade do século XIX estava na base de uma profunda consciência de país, que identificou a língua como o principal ponto de construção da identidade do povo. Tal contribuição significou a superação da indefinição ideológica do nacionalismo e o desenvolvimento pleno da Galiza como nação, unificação estatal e iniciativa própria como formação social autônoma.

Desse modo, os conceitos de Estado, Nação, Nacionalismo e Identidade constituem-se como categorias epistemológicas necessárias para a abordagem

investigativa que se pretende fazer sobre a dimensão internacional dentro da normatização da língua galega.

Muito se escreveu sobre Nacionalismo, Nação e Identidade durante toda a história contemporânea e sobre tais conceitos foram levantadas questões complexas, porém não se objetiva aqui fazer uma análise exaustiva sobre o tema. Faz-se apenas necessário dizer, corroborando com a visão de Pastor (2012), que tais conceitos não são novos, pois pensadores como Montesquieu, Rousseau, LordShaftesbury e Herder desenvolviam formulações a respeito já partir do século XVIII. Sabe-se contemporaneamente que o conceito de nação se constitui nos dizeres de Seixas que:

La ideología y movimiento sociopolítico que define y asume que un colectivo político-territorial definido es una nación, y por tanto depositario de derechos políticos colectivos que lo convierten en sujeto de soberanía, independientemente de los criterios (cívicos, étnicos o una mezcla de ambos) que definen quiénes son miembros de pleno derecho de ese colectivo (SEIXAS Apud PASTOR, 2004, p.45).

É necessário começar por definir o conceito de nação a partir de um distanciamento de sua análise científica tradicional para considerar outra perspectiva comprometida com a noção de identidade coletiva. Neste contexto, cabe ressaltar a importância da definição na qual “[...] temos de diferenciar a nação de outras formas de identidade coletiva: uma nação é todo o coletivo de pessoas que sente um vínculo de natureza ancestral com base numa série de fatores comuns variáveis (etnicidade, territorialidade, história, etc.) (SEIXAS, 1995, p.1), de forma que podemos dizer que a Galiza possuiria todos esses elementos constitutivos para ser considerada “nação”, além do seu idioma, de modo que possui o direito a autonomia tanto de seu território quanto com referência a sua língua.

No mesmo sentido, Vieira afirma:

Se eu reconheço em mim e no outro o mesmo solo pátrio de nascimento, o cultivo das mesmas tradições, mitos, lendas e crenças, uma mesma língua de uso comum e, principalmente, que o sangue que corre nas minhas veias é o mesmo que corre nas do outro, eu posso enunciar que eu, assim como esse outro, pertencemos a uma mesma Nação. É a partir dessa tríade ideologicamente construída — Nação, Identidade Nacional e Identidade Cultural — que se estruturam muitos dos signos que vão reger o dia a dia do mundo moderno, desde a política, passando pela economia e os valores morais e éticos de uma dada sociedade, até o campo das artes, da língua e da religião. O conjunto desses signos e valores constrói o conceito de alteridade (VIEIRA, 2010, p.3).

É interessante observarmos que Seixas quando trata da questão dos nacionalismos dentro do Estado espanhol, tenta demonstrar que:

“[...] o mais certo é considerar a nação um imaginário social, ou seja, uma comunidade imaginada, que existe na medida em que os seus integrantes estão convencidos da sua existência: as nações não existem nem estão predeterminadas desde tempos remotos, mas são fruto do convencimento dos indivíduos que as integram muito especialmente da elaboração teórica dos nacionalistas, que as transformam em imagens compartilhadas por um colectivo humano, em imaginários sociais” (SEIXAS, 1995. p.2).

Com esses elementos em mente poderemos entender as origens e trajetórias dos primeiros movimentos normalizadores e de emancipação nacional da língua, que ocorreram antes do século XIX e que remontam precisamente ao século XVIII. Foi precisamente neste século, que as principais etapas e vultos intelectuais galegos preocupados com a condição em que se encontrava o seu idioma histórico iniciam a defesa da identidade e dignidade linguística galego-portuguesa com um forte movimento de recuperação literária deste idioma. Dentre tais intelectuais encontra-se Bento Jerónimo Feijó (Ourense, 1676-1764) para quem “a língua galega nom é distinta da portuguesa, por serem pouquíssimas as vozes em que discrepam”.<sup>8</sup>

Na segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX, a ideia expressa da unidade ou, no mínimo, a vontade de recuperar a escrita histórico-etimológica está presente em grandes autores. O Estado espanhol parece ter adotado desde o início medidas legislativas e políticas tendentes a configurar uma nova situação de aparência democrática, em que a Galiza, em troca de autonomia, subordina o seu idioma ao papel de língua co-oficial minoritária digna de proteção e cuidados especiais, desde que não ameace a única língua oficial do Estado.

Tais autores<sup>9</sup> trabalharam vigorosamente para despertar na região a consciência de identidade cultural e nacional fundamentadas na construção de seu idioma como

---

<sup>8</sup> Para mais informações vide Dossier Monográfico da Revista Voz Própria. In: **Reintegracionismo linguístico**: identidade e futuro para o galego. VII Edição, nº 19, terceiro quadrimestre, 2007, p.16.

<sup>9</sup> Destacam-se o prosador Joám Manuel Pintos (Ponte Vedra, 1811-1876); o historiador Manuel Murguía (primeiro presidente da Real Academia Galega); o poeta Eduardo Pondal (Pontecesso, 1835-1917); o poeta Francisco Tettamancy (Corunha, 1854-1821); o cronista Martins Salazar (Astorgar, 1846-1923); o poeta e gramático Marciel Valadares (1825-1903); António de la Iglésia (Compostela, 1822-1892).

língua vernácula da nação galega. Os esforços desses intelectuais dentre eles escritores e poetas, forneceram elementos para uma posterior busca de uma maior autonomia de sua identidade cultural face ao Estado espanhol. A partir de então, surge um conflito linguístico-gramatical que assumiria posteriormente dimensões políticas, resultantes do esforço de certa parcela dessa sociedade que influenciada pelos esforços desses intelectuais do século XVIII objetivava a independência da Galiza e tinha interesse em internacionalizar seu idioma integrando-o a Lusofonia.

Este interessante debate de natureza linguística revela, portanto, muito mais que simples discussões sobre que língua se basear para normativizar a gramática do galego. O embate revela a tessitura de preferências políticas internas que estão a se agudizar a cada dia e que pode trazer mudanças concretas na configuração política do Estado espanhol, bem como da região galega, com agregação de mais um membro a CPLP<sup>10</sup>, organização internacional que já aguarda aprovação do Estado espanhol para referendar a participação da Galiza como membro observador.

Estaria a Galiza interessada em uma aproximação efetiva com o Estado português? Teriam os reintegracionistas aspirações separatistas em relação ao Estado espanhol? É a atual normatização realmente uma ameaça a identidade galega? Quais seriam, portanto, as consequências políticas das aspirações reintegracionistas em querer integrar a Galiza à comunidade internacional?

Para responder tais indagações, faz-se necessário problematizar o contexto histórico que levou a redemocratização da Espanha, com a morte do ditador Francisco Franco e a promulgação de uma nova constituição. O embate entre as perspectivas surge neste contexto. A partir do próximo capítulo, analisar-se-á a problemática autonomista e reintegracionista, procurando perceber qual a sua evolução, expressão e dinâmica, bem como o seu papel na história contemporânea galega.

---

<sup>10</sup> Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros. Para mais informações vide: [[http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX\\_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf)]. Acessado em 24 de fev. 2014.

## **2 A DICOTOMIA ENTRE AS PERSPECTIVAS AUTONOMISTA E REINTEGRACIONISTA DO GALEGO: A LÍNGUA DA DISCÓRDIA**

Neste capítulo discutiremos o processo de desgaleguização resultante da separação do estado Português e da submissão da Galiza ao idioma de Castela (2.1), buscando problematizar as divergências existentes entre as concepções autonomista e reintegracionista. Partiremos do pressuposto de que à Galiza, como entidade política interna do Estado espanhol, foi aplicada desde 1981, ano em que se cristaliza num estatuto a Espanha das Autonomias prevista pela constituição de 1978, uma política linguística que tem como principal característica objetivos assimilacionistas parcialmente conseguidos (2.2). Em seu conflito normativo, o embate abarca concepções divergentes acerca da normatização gramatical e grafia deste idioma refletindo as concepções desses atores quanto à natureza e identidade do galego (2.3).

### **2.1 A Desgaleguização Confluente**

Na análise do desenvolvimento histórico da Galiza e de seu idioma, pudemos observar que mesmo após a separação política entre Portugal e Galiza, os cidadãos de ambos os lados do rio Minho continuaram compartilhando uma mesma identidade cultural e linguística, mas a separação não deixou de trazer suas consequências ao longo do tempo, sobretudo no que diz respeito ao campo linguístico, pois “os acontecimentos históricos experimentados por uma colectividade humana vão ser determinantes para o estabelecimento das relações linguísticas e seu uso. Os fatores sociais, políticos e culturais também exercem influência sobre a transformação interna das línguas” (CAMPOS, 2009, p.16).

Assim, ocorreram transformações linguísticas decorrentes da aproximação das autarquias galegas com o império romano que contribuíram para estruturar aquele que viria, posteriormente, a ser denominado o idioma galaico-português.

Era de se esperar também, que com a conseqüente separação do Estado Português e a supressão do idioma galego na parte do antigo Reino de Galiza submetido ao Reino de Castela, ocorressem alterações que ameaçassem a unidade do galego-português em ambos os lados da fronteira.

No processo de evolução do galego-português pudemos observar brevemente que com a unificação dos reis católicos inicia-se o processo de decadência e submissão

do reino de Galiza, quando o galego-português, língua histórica com séculos de trajetória normalizada decaiu numa parte de seu território originário, enquanto se convertia em língua colonizadora no vizinho Estado português.

As consequências são evidentes, pois em ambos os lados da fronteira ocorre uma desgaleguização confluyente, com diferentes características. Com a independência de Portugal a língua portuguesa começa a dissociar-se de seu caráter primitivo galaico, “[...] separando-se cada vez mais da sua forma arcaica e tomando características que a tornam mais distinta das restantes línguas peninsulares”(CAMPOS, 2009, p. 20).

Na Galiza ou no que restou do antigo Reino de Galiza, agora sujeito aos reis espanhóis, as consequências da desgaleguização foram mais drásticas, pois ocorre “[...] uma penetração acentuada do castelhano, criando uma cisão na sociedade galega”(CAMPOS, 2009, p. 21).

Eis as consequências do processo de desgaleguização na Galiza:

Unha vez implantado o galego, em toda a Idade Media a maior parte dos documentos redactados en Galicia aparecen escritos nesta lingua e só nas últimas décadas do XV notamos unha progresiva presenza do castelán, que vai substituíndo paulatinamente á lingua autóctona ata eliminala como lingua de cultura na primeira metade do século XVI(BLANCO;REI e SANTAMARINA, 1996.p.25).

Isto significou para a Galiza uma ameaça a sua identidade cultural e nacional. O controle e submetimento desta sociedade a um poder uniformador como o do Estado espanhol sob os reis católicos, implicava numa castração da identidade nacional galega. O idioma galego foi substituído em todos os âmbitos formais utilizando-se o espanhol como língua substituta. Isso condenou progressivamente o uso da língua galega, ferramenta importante na formação identitária e histórica da “*naçom-galega*”, à oralidade.

Portanto, podemos dizer, que foi com a sujeição da Galiza à monarquia castelhana, que se iniciou o período mais escuro para aquela que um dia havia sido língua de reis e torna-se evidente o declínio da língua galega, apesar dos esforços por parte da intelectualidade, ou seja, de alguns de seus cidadão mais instruídos como Frei Martinho Sarmiento no século XVIII, no que tange a promoção da cultura e língua galegas como ferramentas de construção de sua identidade nacional histórica.

O ressurgimento literário na Galiza a partir da segunda metade do século XIX, utilizou-se do idioma galego como ferramenta basilar, imbuído de uma profunda consciência de país, que identificou a língua como o principal ponto de construção da identidade do povo. É, a partir desta contribuição que a indefinição do processo ideológico do nacionalismo e do desenvolvimento pleno da Galiza como nação, dá lugar a uma ideologia nacionalista galega de unificação estatal e iniciativa própria como formação social autônoma.

Porém, faz-se necessário dizer, que tanto o ressurgir literário na Galiza quanto a identificação de sua língua como ferramenta para construção de uma identidade nacional, ocorreram com muitas dificuldades, pois segundo Souto:

Na Galiza, o processo de conformação de umha história e umha literatura nacionais galegas viu-se grandemente dificultado durante os séculos XIX e XX por umha série de factores de difícil superaçom. [...] Já que logo, o labor de construçom tanto de umha história como de umha literatura e, em termos gerais, de umha *cultura nacional* houvo de ser acometido por um pequeno sector de activistas da intelectualidade pequeno-burguesa carente tanto de sustento económico quanto de sólido apoio social, e nom digamos institucional, para tan difícil empresa. Em tais condiçons, a afixaçom de um imaginário nacional através de umha história e de um sistema literário presuntamente próprios e originais foi extraordinariamente lenta e dificultosa, por mais que desde pouco mais alá dos meados do XIX se encontrem já elaborados, na obra historiográfica de Manuel Murguía, o que podemos denominar de alicerces intelectuais da naçom galega e, do Rexurdimento em diante, vaia agromando paseninho umha literatura em língua vernácula consciente ou inconscientemente epigonal da longínqua tradiçom medieval. Tudo ficava nas mans do proto-nacionalismo galego integrado fundamentalmente por essa reduzida camada de intelectuais antedita, animadora dassucessivas vertentes organizativas do movimento reivindicador do feito diferencial galego (Provincialismo, primeiro, e Regionalismo despois) (SOUTO, 2006, p.4).

É necessário refletirmos mais uma vez acerca do que entendemos por Estado, Nação, Nacionalismo e Identidade. Dentro de uma perspectiva ligada à dimensão internacional de normatização linguística, a reflexão acerca dos conceitos de Estado, Nação, Nacionalismo e Identidade são relevantes<sup>11</sup>. Vieira argumenta com bastante propriedade que “falar em Nação é falar de um determinado povo ou de uma determinada etnia que se reconhece por laços comuns: os laços do solo, da língua, do sangue, das tradições, mitos, lendas e crenças” (VIEIRA, 2010, p.3).

---

<sup>11</sup> Conceitos discutidos no Capítulo I.

Assim é a partir da liberalização do uso do Galego como idioma por parte do Estado espanhol, que passamos a observar a tentativa de um discurso de construção por parte dos intelectuais galegos, afirmando sua identidade linguística e cultural, enfatizando a aproximação com o espaço lusófono. Podemos dizer que é justamente durante o processo contínuo de “espanholização” do seu idioma, que nasce na Galiza o esforço cultural galego atrelado a “consciência de uma especificidade cultural e idiomática distinta da castelhana” (CAMPOS, 2009, p.47). Talvez encontre-se aí a gênese da tentativa posterior de certas concepções galegas em projetar-se na comunidade internacional.

O fato de que os nacionalismos surgem no contexto da modernidade, não impede que os intelectuais galegos busquem em seu passado mítico ou histórico, fundamentos para a afirmação de sua identidade linguística e cultural. A tentativa de normatização gramatical do galego por parte dos normalizadores oficiais que parecem favorecer os objetivos assimilacionistas do Estado espanhol também poderia ser vista como uma tentativa por parte do Estado espanhol de manutenção de sua identidade nacional. Para Seixas, porém:

Logo, ao abordar a questão dos nacionalismos no conjunto da Espanha dentro de uma perspectiva histórica, deve-se ultrapassar em primeiro lugar a tentação essencialista, que é a suposição de que dentro das fronteiras do Estado nacional existam nações predeterminadas, seja a nação espanhola, sejam aquelas que a negam precisamente (e vice-versa), quer dizer, a basca, a catalã, a galega, etc. Pelo contrário, convém ter em consideração que ao longo dos séculos XIX e XX encontraremos uma realidade dinâmica, com processos de construção nacional contrapostos, dialéticos e mesmo interactuantes (SEIXAS, 1995, p.3).

A Galiza não sendo um Estado-nação, mas uma Comunidade Autônoma do reino da Espanha, sujeita-se após o processo de redemocratização, às medidas de natureza linguístico-gramatical aplicadas pelos normalizadores que causaram o embate entre Autonomistas e Reintegracionistas do Galego. O embate parece refletir a “relação constante entre o desenvolvimento do nacionalismo espanhol e o nascimento e evolução dos nacionalismos periféricos: os êxitos do primeiro condicionam os fracassos do segundo, e vice-versa” (SEIXAS, 1995, p.3).

## 2.2 A Ditadura Franquista e a Redemocratização

A insurreição fascista de 1936 e a instauração da ditadura franquista significou a uniformização política e linguística do Estado espanhol pela força, com grandes consequências para a Galiza, pois o galego passou a ter a consideração de dialeto do castelhano.

Foi durante a repressão franquista na Galiza, que ocorreram as maiores carnificinas de sua história, mas também o despertar de uma consciência por parte dos intelectuais galegos em resgatar a tradição política e cultural galeguista. De acordo com Seixas:

[...] a presença real de uma opressão estatal que procurava reduzir não só os nacionalismos periféricos a uma expressão mínima, mas também às suas manifestações culturais — e sobretudo à perseguição da promoção das línguas, embora esta revestisse um carácter particular e não conseguisse evitar a sua utilização em certos âmbitos —, deu a ideia real de «ocupação espanhola» nalgumas zonas — especialmente presente no País Basco e na Catalunha — e contribuiu para a coesão das comunidades nacionalistas [...] No caso galego, a guerra civil tinha interrompido uma dinâmica de grande expansão na sua base social, que não estava tão consolidada como na Catalunha ou no Euskadi para poder resistir ao terrível golpe de 1936; por isso, a construção da incipiente «comunidade nacionalista» nas difíceis circunstâncias do pós-guerra foi muito mais problemática, ficando diminuído o número efectivo de activistas galeguistas. No entanto, o caminho cultural prosseguido pelo galeguismo do interior após 1950 vai garantir uma sobrevivência da alta cultura em galego, assim como a de uma memória histórica daquilo que tinha sido o galeguismo, mesmo que se possa discordar do facto de esta estratégia ter sido a melhor para a possibilidade de reconstrução de um nacionalismo político que aparecesse como continuidade do Partido Galeguista da II República (SEIXAS, 1995, p.515).

Após o processo de redemocratização da Espanha em 1978, com a morte do ditador Francisco Franco e a promulgação de uma nova constituição, o galego, que até então era proibido, foi reconhecido como idioma próprio da Galiza, garantido e veiculado obrigatoriamente nas repartições públicas, escolas, e universidades locais.

A substituição da rígida doutrina franquista em matéria linguística, abertamente intervencionista frente à ameaça do que a ditadura sempre considerou e tratou como línguas separatistas, possibilitou o reconhecimento do galego dentre outras línguas, bem como determinados direitos individuais em relação ao uso de tais “línguas co-oficiais”,

desde que fosse assegurada e garantida a preservação do espanhol como idioma necessário e obrigatório.

Desse modo, se pode dizer, que o renascimento da língua Galega a partir da liberalização da Espanha da ditadura franquista, levou a Região da Galiza, especificamente os intelectuais galegos, a uma busca de maior autonomia de sua identidade cultural face ao Estado espanhol.

Portanto, foi a partir da liberalização do uso do Galego como idioma, que a Galiza entrou num processo contínuo de “espanholização”, gerando movimentos antagônicos dentro de seu território prós e contra a normatização feita de acordo com a norma atual e oficial ditada pelo o Estado espanhol.

A normatização gramatical deste idioma, no entanto, a cargo de duas autarquias criadas pela Xunta de Galiza, explicitou uma aproximação linguística com o castelhano, o que gerou protestos por parte de outros linguístas, pesquisadores, entidades e membros da sociedade civil organizada que consideravam que a gramática galega deveria ter se baseado na língua portuguesa, idioma considerado as vezes como uma “evolução” do galego ou como a mesma língua, inserto no chamado “diassistema linguístico galego-luso-africano-brasileiro”.

A *Xunta de Galiza*<sup>12</sup> e as competências do Estatuto de Autonomia reconhecem tanto a autonomia da Galiza, como estimulam a utilização de seu idioma paralelamente com o idioma espanhol, conforme expresso em seu artigo:

---

<sup>12</sup>A Xunta aparece definida no Estatuto de Autonomía, aprobado en 1981, como órgano colexiado do Goberno de Galicia. Na actualidade, a Xunta está composta polo **presidente e oito conselleiros**. A comunidade exerce as súas funcións administrativas a través da Xunta e dos seus entes e órganos dependentes. Correspóndelle á Xunta aprobar os regulamentos xerais dos seus propios tributos e elaborar as normas regulamentarias precisas para xestionar os impostos estatais cedidos de acordo cos termos desta cesión e a elaboración e aplicación do orzamento da Comunidade Autónoma de Galicia, que deben ser examinados polo Parlamento. A Xunta tamén se encarga de coordinar a actividade das Deputacións Provinciais do seu territorio naquelo que afecte dun xeito directo ao interese xeral de Galicia, e para iso unirá os orzamentos que elas elaboren de seu. Así mesmo, poderá encomendar a execución dos seus acordos ás devanditas deputacións, que serán as encargadas de levar a cabo as funcións transferidas polo Executivo autonómico. A Comunidade ten tamén unha serie de competencias exclusivas, entre as que se atopan aquelas referidas á organización das súas institucións de autogoberno e das comarcas e parroquias rurais como entidades propias de Galicia; ordenación do territorio e do litoral, urbanismo e vivenda, actuacións en relación ás institucións do Dereito Civil galego; normas procesuais e procedementos administrativos que se deriven do específico Dereito galego ou da organización dos poderes públicos; obras públicas; vías férreas, estradas e transporte; portos e aeroportos; aproveitamentos forestais, hidráulicos e relativos á enerxía eléctrica; augas minerais e termais; pesca nas rías e augas interiores; feiras e mercados; artesanía, patrimonio artístico, bibliotecas, museos, conservatorios de música e servizos de Belas Artes; fomento da cultura e da investigación; promoción e ensino da lingua galega, do turismo e do deporte; asistencia social, creación dunha Policía Autonómica; réxime das fundacións; casinos, xogos e apostas; centros de contratación de mercancías e valores; confrarías de pescadores e

**Art. 5º**

I - A lingua propia de Galicia é o galego.

II - Os idiomas galego e castelán son oficiais en Galicia e todos teñen o dereito de os coñecer e de os usar.

III - Os poderes públicos de Galicia garantirán o uso normal e oficial dos dous idiomas e potenciarán o emprego do galego en tódolos planos da vida pública, cultural e informativa, e disporán os medios necesarios para facilita-lo seu coñecemento.

IV - Ninguén poderá ser discriminado por causa da lingua.

Conforme a Lei nº 3/1983,

**Art. 22**

El Gobierno gallego asumirá la dirección técnica y el seguimiento del proceso de normalización de la lengua gallega; asesorará a la Administración y a los particulares, y coordinará los servicios encaminados a conseguir los objetivos de la presente Ley.

Os normalizadores oficiais parecen favorecer os objetivos assimilacionistas do Estado español fortalecendo o papel da intelectualidade da Galiza para a conscientización dos vínculos históricos e semelhanças culturais dos galegos com os portugueses, fortificando e favorecendo as ideas reintegracionistas de aproximación lingüística com o espaço lusófono como alternativa à normatização subsidiada pelas instituições españolas e autonômicas.

A Galiza não sendo um Estado-nação, mas uma Comunidade Autônoma do Reino da Espanha está sujeita ao Estado español, que claramente após sua redemocratização adota “objetivos assimilacionistas” referentes à Galiza e ao idioma galego, objetivos que para a visão reintegracionista, contraria a normatização tradicional da língua galega e seus vínculos com a língua portuguesa.

---

distintas cámaras e normas adicionais sobre a protección do medio ambiente. A Presidencia da Xunta de Galicia e mailo Concello de Santiago comparten sede oficial no Pazo de Raxoi, construción neoclásica sita na praza do Obradoiro. Os edificios administrativos de San Caetano e San Lázaro acollen na actualidade as diferentes consellarías. Dende o ano 1978, no que se deron os primeiros pasos do actual goberno galego, ata abril de 2009, a Xunta de Galicia tivo **seis presidentes**. Xunta de Galicia. *Estatuto de Automía de Galicia*. Disponível em: [www.xunta.es/titulo-preliminar]. Acesso em 16 jan. 2014.

### 2.3 O embate Autonomista *versus* Reintegracionista: Construção identitária na Galiza

Intelectuais galegos motivados por elementos nacionalistas do *galeguismo* já na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX tentaram integrar no seu discurso ideológico a aproximação entre a língua galega e a portuguesa, bem como as relações históricas entre Portugal e Galiza.

Portanto, é preciso enfatizar o papel dessas Irmandades que se trataram de “[...] organizações de carácter político que tinham como objetivos a resolução de problemas económicos, sociais e linguísticos” (BARREIRO, RECUERO Apud CAMPOS, 2009, p.54). Essas organizações desenvolveram um forte compromisso com a identidade linguística na Galiza durante o século XX. É através das *Irmandades da Fala* e de homens como Xoán Manuel Pinto, Manuel Murguía, Eduardo Pondal, Antón Vilar Ponte e Xoán Vicente Viqueira que “[...] a realidade portuguesa irá, portanto, integrar-se com frequência no discurso ideológico” (CAMPOS, 2009, p.60).

As *Irmandades da Fala*<sup>13</sup> sabendo que é muito comum que pessoas de língua galego-espano-falantes mudem para o galego quando se comunicam com pessoas que usam o idioma português, viram nisto um valor positivo. Considerando que um idioma só vive e sobrevive na medida em que é utilizado objetivaram enfatizar as referências a Portugal e suas relações culturais com a Galiza entendendo que uma maior aproximação desta região e de seu idioma com o português seria uma forma de enfraquecer o domínio do castelhano.

Foi sob esta perspectiva que se pressagiu um futuro movimento político organizado que não somente lutaria pela garantia de autonomia galega, mas também pelo reconhecimento das características culturais e históricas desta nação que seriam comuns a Portugal.

Com o surgimento da *Xunta de Galiza*, ao idioma galego, seriam aplicadas medidas para acomodá-lo aos normalizadores oficiais das autarquias criadas pela Xunta, explicitando uma aproximação linguística com o castelhano. Tais medidas de natureza linguística gramatical aplicadas a língua galega causou um embate entre autonomistas e reintegracionistas que perdura por décadas.

---

<sup>13</sup> As **Irmandades da Fala** se tratam de um conjunto de organizações com perspectivas nacionalistas, ativistas galegos que nos anos de 1916 a 1936 lutaram pela reabilitação desse idioma como língua própria desta comunidade.

É preciso explicitar do que se trata as perspectivas autonomistas e reintegracionistas. Para Fernández:

[...] a concepção *autonomista* do galego entende este como uma variante linguística autônoma de qualquer das outras variedades linguísticas que geograficamente a rodeiam, isto é, o português e o castelhano. Como variante autônoma, o galego, mercê a equidistância linguística existente a respeito dessas outras duas variedades com as quais, porém, comparte algumas ligações, erige-se numa língua bem diferenciada. A concepção *reintegracionista*, muito pelo contrário, concebe o galego e o português como variedades íntimas e profundamente relacionadas e, portanto, pertencentes ao mesmo sistema linguístico (FERNÁNDEZ, 2006, p. 2).

Assim, analisando as posições atuais destas instituições linguísticas, bem como da esfera política da Galiza, observamos, que o reintegracionismo<sup>14</sup> torna-se uma ferramenta política utilizada pelo independentismo, em contraste com a proposta oficial, que propõe a normatização vigente. A esquerda independentista, é a vertente mais defensora da unidade da língua no âmbito político. Ou seja, diferentes entidades culturais defendem o idioma galego, conforme variedade linguística galego-luso-africano-brasileiro, conhecido mundialmente pelo nome de português, e promovem um regulamento denominado reintegracionista consistente na aceitação de uma ortografia galega semelhante à portuguesa.

Para os reintegracionistas a ‘Xunta de Galiza’ colaborando com algumas entidades isolacionistas, arquitetou engenhosamente e oficializou maleficamente, a normatização atual da língua galega com o evidente propósito de condenar o galego a condição de dialeto espanhol, ameaçando a identidade galega fundamentada em seu idioma. Observe:

A ‘Xunta de Galicia’ [sic] decolaboração com algumas entidades isolacionistas, esclerosadas, engenhou e oficializou de maneira maleficamente subreptícia umhas aberrantes Normas, cujo evidente propósito é condenar o galego ao languescimento como dialecto do espanhol. Confundindo acientificamente língua falada com língua escrita, pretendeu arvorar e perpetuar como instrumento de cultura e criação as formas mais cruas e rústicas do patois híbrido das vilas

---

<sup>14</sup> Os reintegracionistas se expressam através de várias entidades dentro de Galiza, dentre elas: Associação da Língua (AGAL), Associação de Amizade Galiza-Portugal (AAG-P); Movimento de Defesa da Língua (MDL).

com o maquiavélico desígnio de perpetrar o seu funeral com liturgia autonómica, como objecto folclórico (CASTRO, 2007, p.19-20).<sup>15</sup>

Sabe-se que, a influência da língua espanhola sobre o galego provocou grandes mudanças nos aspectos socioculturais da Unidade Autônoma. Sendo assim, a língua galega se debate entre a postura reintegracionista (entende-se que o galego é uma variante do português) e a autonomista (compreende que o galego é uma língua autônoma do português). Os apoiadores da primeira postura denominam aos segundos, em galego, “isolacionistas”, enquanto os apoiadores da segunda denominam aos primeiros “lusistas”.

Por isso, o debate linguístico viu-se contaminado pela profundidade da representatividade das propostas políticas e ideológicas. Por um lado, identificou-se a proposta reintegracionista como separatismo, “arredismo” (em galego). E, por outro lado, os reintegracionistas tacham os autonomistas de “espanholistas”, e denunciam que no fundo pretendem proporcionar o desaparecimento do galego em favor do castelhano. Não obstante, ambos mantiveram o debate fundamentado em posições irreconciliáveis durante longo tempo.

Tanto o regulamento reintegracionista como o regulamento autonomista têm conotações políticas diferentes na Galiza, sendo alguns defensores do reintegracionismo (pessoas vinculadas com a esquerda nacionalista galega) e alguns dos defensores do autonomismo (pessoas vinculadas à direita espanholista). Todavia, ainda há os reintegracionistas que reclamam com insistência que não se relacione sua postura com nenhuma opção política e há galegos que se reivindicam “lusistas”.

Os reintegracionistas acreditam que a unificação linguística melhoraria as relações entre Galiza e Portugal significando uma maior aproximação entre galegos e falantes do Português. O Reintegracionismo considera que a abafante pressão do espanhol, e não de outras variantes estatais do próprio galego, como o Português continental ou ultramarino, é a única ameaça real a língua galega.

Os isolacionistas, porém, acusam a perspectiva reintegracionista de estar confabulando para converter a Galiza em região portuguesa. Seria esta visão isolacionista compartilhada também pelo Estado espanhol?

---

<sup>15</sup>Para mais informações vide: Dossier monográfico da revista Voz Própria nº 19, intitulado **Reintegracionismo linguístico**: identidade e futuro para o galego, 2007, p.19-20.

Obviamente, tais divergências de natureza linguístico-gramatical representadas pelo debate entre Autonomistas e Reintegracionistas, apresentam desafios para a Galiza, que se encontra atualmente frente a pressão da língua espanhola – atentatória à sua identidade linguística originária, bem como do próprio Estado espanhol, que analisa hoje os riscos de ver uma região autônoma sua, com um idioma próprio e certas aspirações separatistas dentro de seu território, dar preferências às relações com um país vizinho, Portugal, e querer integrar-se à comunidade internacional dos Estados que têm o português como língua oficial. Estaria a Galiza interessada em uma aproximação efetiva com o Estado português?

Apesar dos independentistas de esquerda negarem que o seu projeto para a reconstrução de um Estado galego independente sob parâmetros socialistas não implicarem numa unidade política com Portugal, é comum na Galiza vermos aspirações no que tange a construção de uma sociedade como nação independente apontando o galego como língua “mater” de um idioma “hoje falado por 200 milhões de pessoas na Europa, África, Ásia e América, sendo a terceira língua europeia mais falada no mundo, oficial nos principais organismos internacionais e a oitava entre as mais utilizadas na rede de redes, a internet”.<sup>16</sup>

Diante de tal configuração e sabendo-se que a evolução do processo de substituição linguística em curso na Galiza parece ameaçar a sobrevivência e o futuro dessa comunidade, foi necessário uma análise presente e futura do conflito linguístico em sua tentativa de projeção internacional. A luta dos reintegracionistas pela incorporação prática “do Princípio da Autodeterminação dos Povos” tem possíveis consequências para a Galiza frente ao Estado Espanhol supostamente ameaçado por este esforço cultural galego em projetar-se na comunidade internacional. Se a fórmula político-institucional encarnada no autonomismo tem se revelado todos estes anos como a melhor fórmula de sujeição do idioma identitário galego ao Estado espanhol, então a Galiza se encontra realmente ameaçada. Por outro lado, se não for assim, precisaremos avaliar se os reintegracionistas são de fato um movimento com aspirações separatistas na Espanha.

Nos escritos seguintes do próximo capítulo, compreender-se-á as projeções internacionais dos embates normativos linguísticos da língua galega descrevendo os

---

<sup>16</sup> Ibidem, 2007, p.27.

interesses da perspectiva reintegracionista, que objetiva a independência da Galiza e a agregação de mais um membro à CPLP.

### **3 A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO DEBATE LINGUÍSTICO: GALIZA NA CPLP**

Neste capítulo, analisar-se-ão as projeções internacionais dos embates normativos linguísticos da língua galega, descrevendo os interesses da perspectiva reintegracionista, que objetiva a independência da Galiza e a junção das falas galegas a língua histórica conhecida mundialmente como língua portuguesa (3.1). Considerar-se-á especificamente a perspectiva reintegracionista, pois é ela quem revela a tessitura de uma preferência política interna que está a se agudizar a cada dia e que pode trazer mudanças concretas no mapa político europeu e na lusosfera, bem como representar uma ameaça ao nacionalismo espanhol.

O interesse dos galegos independentistas pelo português levou-os a elaboração de um discurso que pretende reorientar a língua galega em direção a integração na lusofonia. O discurso do Bloco Nacionalista Galego (3.2), denuncia os sucessores governos autônomos e sua política anti-lusófona que cada vez está desacreditada no plano intelectual e político. Aproveitando o momento de crise e alegando motivos econômicos chama a atenção para os benefícios de inserir a língua galega na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (3.3). A ideia do galego fazer parte do português atrelada a benefícios econômicos parece mascarar os verdadeiros objetivos independentistas e reintegraionistas frente ao Estado espanhol. Utilizando-se como ferramenta a Teoria Construtivista em sua análise de como certas crenças, mitos e tradições presentes nas memórias coletivas produzem microestruturas que são difíceis de serem desfeitas sendo capazes de modificar as identidades ou construí-las, buscou-se analisar sob a ótica construtivista o papel desses elementos na formação da identidade nacional galega e em suas projeções internacionais (3.4).

#### **3.1 Reintegracionistas e o Independentismo Galego**

Com o renascimento da língua galega a partir da liberalização da ditadura franquista, diferentes entidades políticas, intelectuais galegos, bem como sociedade civil, buscaram maior autonomia de sua identidade cultural face ao Estado espanhol, não medindo esforços no que tange ao estabelecimento do Galego e seu reavivamento como comunidade autônoma espanhola.

Porém, nessa nova situação o galego deveria constituir-se em idioma independente, mas afastado de qualquer possibilidade de recuperação funcional, facilitando assim sua posição de fraqueza diante do todo poderoso e internacional espanhol.

Ocorreu um “*golpe normativo*” apoiado pela perspectiva isolacionista que acomodou o idioma galego obrigando-o de forma estratégica sobre decreto de lei a décadas de sujeição a uma normatização sem qualquer sustento teórico anterior que passou a constituir-se em doutrina oficial, dissociando o galego de sua unidade linguística com o português.

Os esforços pioneiros tiveram como base a proximidade entre os idiomas português e galego, ao menos para os reintegracionistas, e sobre tal premissa se esforçaram no que tange a um resgate das origens históricas, semânticas e filológicas de seu idioma, considerando-o como uma variante da língua portuguesa, a saber: lusófono.

Ao defender o galego como variante da língua portuguesa os reintegracionistas assumem uma postura com riscos inevitáveis, pois precisam reviver os principais acontecimentos da história política, religiosa, econômica e cultural, de sua “*Naçom*” e adotar estratégias de atuação que apesar de serem também motivo de embate entre as perspectivas existentes na Galiza, tal como é a normalização daquele idioma, força-os a considerarem a possibilidade da incorporação da Galiza à CPLP.

Apesar da proximidade e do interesse da Galiza em uma aproximação com os países de língua portuguesa, só recentemente o Parlamento aprovou matéria sobre as relações com a lusofonia. O Parlamento regional aprovou o ensino do Português nas escolas, objetivando o relacionamento com os países de língua oficial portuguesa – aproveitando as semelhanças linguísticas com o galego. O objetivo é estimular a participação da Galiza e de suas instituições públicas nos fóruns econômicos, culturais, desportivos e ambientais lusófonos.

A ideia do galego fazer parte do português trata-se de uma concepção partilhada por todos os partidos<sup>17</sup> galegos e por pessoas de todas as ideias. Dentre as organizações políticas galegas há aquelas que se declaram independentistas e reintegracionistas, como também há aquelas com ideias políticas completamente diferentes e no entanto

---

<sup>17</sup>Dentre os principais partidos galegos além do BNG, temos: o Partido Popular (PP); e o Partido dos Socialistas de Galicia-PSOE (PSdeG-PSOE).

assumem a unidade da língua. O próprio presidente da *Xunta de Galiza*, Alberto Nuñez Feijóo, por exemplo, várias vezes afirmou que o galego situa a Galiza na lusofonia enquanto seu Partido Popular (PP) por duas vezes votou contra a proposta para potencializar o ensino do português na Galiza.

As forças sociais comprometidas em normalizar a língua galega enfrentam “na actualidade o problema da falta de expressão de um galeguismo mais enraizado, sendo, aliás, os nacionalistas moderados do BNG, que têm mais votos na Galiza, aos nível dos partidos de cariz nacionalista galego”(sic) (CAMPOS, 2012, p.73). Mesmo assim, existe na Galiza cada vez mais o sentimento e a consciência cívica de um pertencimento à lusofonia, tanto na sociedade civil, quanto nos setores mais ativos, mais influentes que também estão representados no parlamento em todos os grupos políticos.

É possível perceber que estas duas perspectivas divergentes têm engendrado ações políticas interessantes, por exemplo, gramáticos galegos participaram das conversações sobre o acordo ortográfico da língua portuguesa, realizado em 2008. Os nacionalistas galegos vão mais além objetivando a permanência de uma região autônoma espanhola no rol de Estados observadores da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a CPLP, ou mais que isso.

A partir de então, analisar-se-á o discurso que o grupo parlamentar Bloco Nacionalista Galego (BNG) apresentou em 2012 com uma proposta que visa à incorporação da Galiza à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), se bem como observadora associada.

### **3.2 Análise do discurso na construção da identidade galega: O caso do BNG**

Em 2012, numa Conferência de Imprensa<sup>18</sup>, o Partido Bloco Nacionalista Galego (BNG) apresentou a proposta de solicitação para admissão da Galiza como membro observador associada à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), conforme segue o discurso do Bloco:

O motivo desta conferencia de imprensa é dar a coñecer unha iniciativa do Bloque Nacionalista Galego para solicitar formalmente a admisión de Galiza dentro da comunidade dos países de lingua portuguesa. A razón fundamental que nos leva a formalizar no Parlamento de Galiza esta reivindicación, non é só de carácter

---

<sup>18</sup> Discurso proferido em Santiago de Compostela, Espanha, em 20 de agosto de 2012 pelo Deputado Bieito Lobeira.

lingüístico e cultural –que tamén, que tamén o é- máis en boa parte son razóns de carácter económico, comercial e social as que nos levan no BNG a formalizar no día de hoxe esta reivindicación. Nós consideramos que se está a desaproveitar dun xeito irresponsábel o feito de posuímos, de formarmos parte, do sistema lingüístico galego-portugués, as enormes potencialidades, as grandes posibilidades que esta realidade lingüística abre para o noso país á hora de nos relacionar con todos os países da lusofonía, e singularmente cun país que é unha economía emerxente a nivel mundial como é o Brasil (Discurso do BNG proferido em 20 de agosto de 2012).<sup>19</sup>

O BNG apela para os vínculos históricos que ligam o galego ao portugués e presentan as vantagens económicas para a Galiza, que atualmente e diante da actual crise que passa o Estado español, juntamente com os demais países da União Europeia, poderia ser beneficiada por estabelecer relações comerciais com potências mundiais emergentes de língua portuguesa, dentre as quais o Brasil está incluído.

A língua galega é uma língua internacional e seu uso cotidiano não se limita apenas a Galiza exclusivamente, antes é usada e reconhecida oficialmente em muitas estruturas internacionais, seja pela União Europeia, na África e nos países latino-americanos dando a Galiza uma ferramenta com enormes possibilidades de desenvolvimento econômico, comercial e sociocultural, bem como vantagens competitivas que de acordo com as afirmações do BNG não se encontram em nenhuma outra parte do Estado español:

Queremos deixar claro que a lingua galega non é só en exclusiva un elemento de comunicación interna na Galiza, que tamén o é, e así o em defendemos. A lingua galega é tamén unha lingua internacional, falada por máis de 240 millóns de habitantes, que é oficial en moitos estados e en moitas estruturas de carácter multinacional, como Mercosul, a Unión Europea, a Unión de Países Africanos; numerosas estruturas de carácter internacional, e tamén de estados que posúen esa lingua oficial. Por tanto, o feito de posuímos nós o galego é tamén un instrumento extraordinario para nos relacionar con todos estes países e coas súas economías. Nós posuímos en Galiza unha vantaxe competitiva que ninguén máis ten no Estado español, precisamente o noso idioma. O feito de participarmos, de estarmos inseridos nun sistema lingüístico como o galego e o portugués, mais lamentablemente é unha situación absoluta e historicamente desaproveitada.<sup>20</sup>

<sup>19</sup>O discurso do BNG foi transcrito em galego por Xosé Manuel Baños Garcia membro do Partido Nacionalista. Para maiores informações vide Lobeira: “Galiza dentro da Comunidade lusófona terá unha oportunidade para sair da crise”. Disponível no site do Bloco Nacionalista Galego: [http://www.bng-galiza.org/]. Acessado em 10 de fev. 2014.

<sup>20</sup>Ibidem, 2012.

No entanto, tais possibilidades e vantagens tem sido historicamente impedidas pelo Estado espanhol por razões ideológicas e políticas. Para o grupo parlamentar do BNG, a Galiza possui uma “vantagem competitiva” única no Estado espanhol, vinculada ao pertencimento da Galiza ao sistema linguístico galego-português. Afirmam também que dentro do Estado espanhol existe mais centro de ensino de língua portuguesa do que na própria Galiza, quando seria mais fácil para os galegos aprender o português de fácil compreensão para eles, Lobeira discursou nos seguintes termos:

É esperpéntico, por poñer un exemplo, que na Estremadura española exista un maior número de centros de ensino que imparten portugués que na Galiza, sendo o noso país, por razóns obvias de proximidade moito máis doado aprender, familiarizármonos co portugués no seu patrón oficial, que en calquera outro lugar do Estado español.<sup>21</sup>

O autor enfatiza que a Galiza é um território com maior aproximação com Portugal e a língua portuguesa com quem possui vínculos culturais e linguísticos históricos. O Estado espanhol continua impedindo até o dia de hoje o canal de comunicação que poderia estabelecer as relações entre Galiza e os demais povos de língua portuguesa, principalmente com Portugal cuja fronteira compartilhada continua separada virtualmente<sup>22</sup> até o dia de hoje, sendo tal configuração única dentro do continente europeu, essa fronteira é uma fronteira de desconhecimento, preconceito e incompreensão, conforme Lobeira assegura:

E as razóns que explican esta situación, que é absurda, de histórico desencontro entre Galiza e todos estes países ten haber con razóns de carácter ideolóxico e político, é máis, nós estamos convencidos que a día de hoxe a única fronteira interna que aínda existe na Unión Europea é aquela que divide a Galiza e a Portugal. Sigue existindo descoñecemento, prexuízos, incompreensión, e nós, como nacionalistas galegos, de feito este é o discurso histórico do nacionalismo galego, creemos que xa é hora de vencer ese descoñecemento, eses prexuízos,

---

<sup>21</sup> Ibidem, 2012.

<sup>22</sup> As dificuldades de relacionamentos entre Portugal e Galiza resultam em parte, de um desconhecimento e incompreensão recíproco. Diversos fatores contribuem para essa fronteira virtual, a saber: o desconhecimento do galego por parte dos portugueses; a incompreensão que muitos portugueses têm perante a especificidade cultural galega; o atraso econômico que durante séculos acompanhou a Galiza e contribuiu para o distanciamento de Portugal e, por fim, o desconhecimento português em relação às similitudes com a Galiza.

abrir esa fronteira, e relacionármonos sempre en pé de igualdade con todos estes pobos comenzando por Portugal.<sup>23</sup>

O que BNG denuncia, é o actual desconhecimento de suas origens vinculados aos portugueses, bem como as demais comunidades galegas no mundo, por parte dos galegos, assim como o preconceito e incompreensão que ambos governos, seja a atual gestão na Galiza ou o Estado espanhol mantém com desfaçatez aos princípios de ‘autonomia dos povos’ considerando a Galiza simplesmente como uma província espanhola e desconsiderando o fato de serem um povo ou nação histórica com perspectiva de inserção na Comunidade Internacional através de seu idioma inserindo-o a CPLP, Lobeira continua:

Historicamente para o Goberno español e tamén para o actual goberno galego do Partido Popular, prima a consideración de Galiza como provincia española, non como un pobo que se insire cunha lingua que é internacional e que abre xanelas de relacionamento con todos estes estados.<sup>24</sup>

Para o BNG isso abriria canais de relações da Galiza com todos os Estados com os quais compartilhem seu idioma e trabalhem em conjunto. Os nacionalistas galegos do BNG consideram anormal e absurda a atitude do atual governo galego do partido popular, a quem denominam “*madrileñalizado*” e “*desgaleguizado*”, em sua desaprovação e recusa em promover as vantagens de uma aproximação linguística do galego com o português:

Desde logo o que non nos parece normal é esa actitude desnaturalizada, desgaleguizada, mesmo madrileñalizada, do actual goberno do Partido Popular aquí en Galiza. Non é normal que o Sr. Rueda recentemente en viaxe oficial ao norte de Portugal utilice o español asistido de intérprete; non é normal que o Presidente da Xunta de Galiza, o Sr. Feijóo, chegue a Brasil na súa recente visita oficial a países de sudamérica e utilice o español no Brasil, asistido de intérprete. Parece o enviado da deputación de Murcia e non o presidente dun país que posúe un idioma e un territorio no que naceu a lingua que se fala no Brasil. É unha maneira de desaproveitar oportunidades que francamente non nos colle na cabeza, porque eles que son seica tan cosmopolitas, finalmente fechan xanelas de relacionamento con moitos outros pobos do mundo.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup>Ibidem, 2012.

<sup>24</sup>Ibidem, 2012.

<sup>25</sup> Ibidem, 2012.

Assim, criticam a atitude do atual governo que trabalha para os interesses do Estado espanhol inclusive enviando diplomatas galegos a Portugal e Brasil que se utilizam da língua espanhola ou são assessorados por interpretes quando não seria necessário se se expressassem em galego, língua totalmente inteligível aos falantes do português.

O que acontece é uma tentativa por parte do Estado espanhol em impedir o relacionamento da Galiza com outros povos. O BNG menciona também o fato de ter sido aprovado no parlamento galego uma resolução unânime contra a proposição do partido para a recepção da Galiza dos sinais de rádio e TV portuguesas, na tentativa de impedimento da Galiza de recuperar seus vínculos históricos, linguísticos e culturais com Portugal:

Ou o feito de termos aquí neste Parlamento aprobado desde hai tempo unha resolución unánime, a través dunha proposición non de lei presentada polo Bloque Nacionalista Galego, que reclamaba a recepción dos sinais da radio e das televisións portuguesas e que lamentablemente a día de hoxe non se pode efectivizar. É dicir, aquí podemos ollar ou escoitar tropecentas canles televisivas, mais as que temos aquí ao lado en Portugal non collen, non se pode, e francamente, obviamente non hai obstáculos de carácter técnico que o imposibiliten, o que hai é esa fechazón histórica que fai primar unha estrutura unitaria do Estado español por riba do que son as similitudes históricas, lingüísticas, culturais, etc, entre Galiza, neste caso, e Portugal.<sup>26</sup>

Enfim, podemos dizer que a Galiza tem grandes interesses econômicos, sociais e culturais com os países da lusofonia:

Nós o que pretendemos con esta iniciativa é devolver a racionalidade a esta situación, porque é de xustiza, é o natural, e se me permitides, porque nos convén, porque nos interesa economicamente. Galiza ten posibilidades de abrir a súa economía de obter beneficios tamén con países de lingua portuguesa, e nomeadamente, como dixen, cunha potencia emerxente a nivel mundial como é o caso de Brasil. Nós somos partidarios de aproveitar con toda claridade esas enormes posibilidades. [...]Galiza ten grandes, enormes, intereses económicos, sociais, comerciais, con todos os países da lusofonía, enormes, mesmo, aínda se me permitides, nun contexto de crise económica crítica como a que estamos a padecer neste momento. E nós consideramos que a comunidade de países en lingua portuguesa é precisamente unha xanela aberta a todas estas posibilidades.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Ibidem, 2012.

<sup>27</sup> Ibidem, 2012.

Espanha, que também possui interesse de boas relações comerciais com países da lusofonia sobretudo Portugal e Brasil, deveria sopesar os vínculos que a Galiza possui com estas nações para expandir relações de mercado:

O Goberno español admitiu recentemente por exemplo que Brasil, con motivo da conmemoración do mundial de fútbol do ano 2014 ou das olimpíadas de 2016 precisa de investimentos; ben, pois se alguén no Estado español ten a posibilidade de abrir ese camiño, de abrir eses mercados é precisamente Galiza polas razóns que antes expliquei e consideramos ademais que a nosa pertenza á comunidade de países de lingua portuguesa favorecería en grande medida a posibilidade económica e comercial que neste momento Brasil posúe.<sup>28</sup>

Se não o faz é devido a adoção de uma política de desconfiança dos movimentos reintegracionistas galegos.

Os nacionalistas galegos estão seguros de que a integração da Galiza à CPLP favoreceria a possibilidade de comércio que o Brasil possui como potência emergente no mercado internacional. O português é a quinta língua mais falada no mundo e o Brasil que possui destaque na economia mundial reconhece a proximidade do galego e do português.

Os nacionalistas estão cientes dessas configurações desejam aproveitá-las:

A comunidade de países em língua portuguesa representa a 240 millóns de habitantes, o portugués é neste momento a quinta lingua máis falada no mundo. Brasil é unha potencia emerxente, é a sexta economía mundial en canto a produto interior bruto, mesmo superou recentemente hai uns meses ao Reino Unido; é a primeira economía de toda latinoamérica. Pois aproveitemos esa opción.<sup>29</sup>

Destarte, a formação nacionalista lembra que o atual artigo 35.3 do estatuto de autonomia<sup>30</sup> da Galiza recolhe a possibilidade de estabelecer tratados ou convênios que permitam o estabelecimento de relações culturais com outras comunidades autônomas

<sup>28</sup> Ibidem, 2012.

<sup>29</sup> Ibidem, 2012.

<sup>30</sup> **Artigo 35**

1. A Comunidade Autónoma poderá celebrar convenios con outras Comunidades Autónomas para a xestión e prestación de servicios propios da exclusiva competencia das mesmas. A celebración dos citados convenios, antes da súa entrada en vigor, deberá ser comunicada ás Cortes Xerais. Se as Cortes Xerais, ou algunha das Cámaras, manifestasen reparos no prazo de trinta días, a partir da recepción da comunicación, o convenio deberá segui-lo trámite previsto no parágrafo seguinte. Se transcorre ese prazo sen que se manifesten reparos ó convenio, este entrará en vigor.
2. A Comunidade Autónoma poderá establecer tamén acordos de cooperación con outras Comunidades Autónomas, logo de autorización das Cortes Xerais.
3. A Comunidade Autónoma galega poderá solicitar do Goberno que celebre e presente, se é o caso, ás Cortes Xerais para a súa autorización, os tratados ou convenios que permitan o establecemento de relacións culturais cos Estados cos que manteña particulares vínculos culturais ou lingüísticos. *Os dados do Estatuto de Autonomia da Galiza foram obtidos na Xunta de Galiza.*

com quem mantém vínculos particulares, culturais e linguísticos. Na opinião dos parlamentares do BNG, esta situação “surrealista” deve-se a preconceitos políticos e ideológicos dos governos galego e espanhol, que se limitam a considerar a Galiza como ‘província espanhola’, privando-a de explorar o relacionamento com o resto da Lusofonia. Em sua argumentação, o BNG lembra que mesmo uma antiga colônia espanhola, a Guiné-Equatorial, declarou o português como terceira língua oficial do país a fim de poder entrar na CPLP:

Comprobando os procesos de integración na comunidades dos países de lingua portuguesa, comprobamos como non é preciso posuír un Estado soberano, un estado independente, para formar parte desta comunidade. Hai outros estados na categoría de observadores, que si participan xa desa comunidade dos países en lingua portuguesa e son mesmo estados que non teñen o portugués como lingua oficial, é o caso de Venezuela, de Filipinas, de Andorra, de Marrocos, de Ucraína, etc. Ben! Nós, que temos o galego como lingua oficial consideramos que tamén a propia estrutura actual de países de lingua portuguesa admitiría con toda claridade que Galiza, como comunidade autónoma de Galiza, de xeito xurídico e formal se puidera adherir a esta comunidade de países de lingua portuguesa, na que, reitero, nós obteríamos como país beneficios, defensa dos nosos intereses e non perderíamos nada.<sup>31</sup>

O artigo 8do Estatuto da CPLP<sup>32</sup> permite a entrada como observadores associados daquelas entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autônomos, o qual permitiria a participação da Galiza.

<sup>31</sup> Ibidem, 2012.

<sup>32</sup> **Artigo 8º (Observadores)**

1. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa poderá admitir Observadores Associados e Observadores Consultivos.
2. A categoria de Observador Associado poderá ser atribuída aos Estados, Organizações Internacionais, Universais ou Regionais, organismos intergovernamentais e entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autônomos, que partilhem dos princípios orientadores da Comunidade, designadamente no que se refere à promoção das práticas democráticas, à boa governação e ao respeito dos Direitos Humanos, e prossigam através das suas políticas e dos seus programas objetivos idênticos aos da CPLP.
3. Poderá ser atribuída a categoria de Observador Consultivo da CPLP a organizações de carácter público ou privado que gozem de autonomia e que comunguem dos princípios orientadores da Organização, designadamente através do respetivo envolvimento em iniciativas relacionadas com ações específicas no âmbito da CPLP.
4. As candidaturas a Observador Associado deverão ser devidamente fundamentadas e precedidas de plano de ação a concertar com o candidato, de modo a demonstrar um interesse real pelos objetivos e princípios orientadores da CPLP.
5. A categoria de Observador Associado ou Consultivo poderá ser retirada, temporária ou definitivamente, sempre que se verificarem alterações das condições que recomendaram a sua atribuição.
6. Sem prejuízo no disposto nos presentes estatutos, os procedimentos de candidatura à categoria de Observador, bem como a retirada desta categoria, são fixados em regulamento específico da competência do Conselho de Ministros da CPLP.
7. Qualquer Estado membro poderá, caso o julgue oportuno, solicitar que uma reunião tenha lugar sem a participação de Observadores. *Dados obtidos do site oficial da CPLP.*

A respeito das possibilidades da Galiza fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, “o Estado espanhol receia que a Galiza ao recuperar o seu idioma com a norma escrita universal se desenvolva como um país galego e deixe de ser vista como uma província espanhola” (LOBEIRA, 2012). Com o galego atualizado e independente do castelhano, a Galiza tem tudo o que necessita para se projetar no mundo sem necessidade do Estado espanhol para nada. Isso assusta todos aqueles que tratam a Galiza como província espanhola.

No discurso do partido nacionalista mais além dos aspectos econômicos, encontram-se imbricadas aspirações mais ou menos explícitas direcionadas para a formulação de um Estado próprio a partir de uma identidade própria galega que tem em si mesma elementos constitutivos para a formação de uma nação: seja seu território, sua cultura e seu idioma.

Para tanto, tenta-se marginalizar, bem como antagonizar o Estado espanhol que através do atual governo do Partido Popular dificulta a construção do projeto nacional na Galiza. Essa estratégia nacionalista em um discurso reintegracionista e sua tentativa de criar alteridades já havia sido notada antes. Trata-se do:

O Eles que apoia o Outro:i) “Instituições do Estado”: Esta expressão identifica este Eles como o próprio poder institucional e estatal em que se encontra inserida a perspectiva oficialista. O Estado a que se está fazendo referência é o Estado Espanhol. Desta maneira, tenta-se igualar o Outro com um poder político alheio, o espanhol. ii) “legalidade vigente”: Neste caso o Eles que apoia o Outro é caracterizado como a própria legalidade que resulta do exercício de poder do Estado que sustenta o Outro. Assim, o Outro obtém a sua legitimidade ou, visto desde outro ponto de vista, a sua ilegitimidade precisamente pela legalidade que o sustenta, já que está é a legalidade de um poder alheio, não galego (FERNÁNDEZ, 2006, p.17).

Portanto, as organizações políticas na Galiza que se declaram abertamente independentistas e reintegracionistas criam alteridades e uma consciência cívica de pertencimento à lusofonia nos setores mais ativos, mais influentes e na sociedade civil, objetivando-se a unidade da língua e independência nacional.

Os objetivos dos reintegracionistas se concretizam paulatinamente devido ao fracasso do isolacionismo linguístico galego. O seu descredito intelectual é proporcional ao despropósito de construir uma língua galega afastada do português e em grande medida contra o português causando insatisfação. Tornando-se cada dia mais viável a possibilidade da Galiza ser introduzida à lusofonia.

### 3.3 CPLP: Oportunidades e Perspectivas

Os interesses da Galiza em internacionalizar seu idioma integrando-o a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) parecem estratégicos quando comparados com os pilares de atuação dessa Comunidade. Deste modo, faremos uma breve descrição sobre os interesses comuns e os pilares da Comunidade, seguida pela proposta apresentada por Irene Gala, em 2002, tratando acerca dos interesses do conjunto de países que compõem a Comunidade, e que pautam a inserção internacional.

Os Pilares de atuação da CPLP surgem concomitantemente com os debates presentes nas Relações Internacionais, marcada pela tentativa de compreender as transformações que ocorreram no cenário global. Tais pilares de atuação sob os quais fundamenta-se a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa contribuem para que haja um consenso de ações multilaterais somadas as ações de natureza bilaterais sem prejuízos entre umas e outras. Ou seja, os países pertencentes a CPLP poderiam continuar perseguindo seus interesses através de relações bilaterais sem que seja preciso abdicar de suas relações multilaterais com a Comunidade.

Os pilares de atuação da CPLP estabelecem a cooperação técnica de cunho política diplomática para o desenvolvimento dos membros que a compõem. Segundo Gala:

Os estatutos da CPLP estabelecem, em seu artigo 5º, a concertação político diplomática, cooperação e a promoção e difusão da língua portuguesa como seus três objetivos. Sobre esses três pilares, definidos quando da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996, devem, portanto, erigir-se as ações comunitárias (GALA, 2002, p.19).

Pois é com base nesses princípios-pilares, que vem se desenvolvendo diversas formas de cooperação. A cooperação técnica, de âmbito externo, deve ser entendida como uma opção estratégica de parceria entre países, com base nos pressupostos de cooperação, promoção e difusão, além de solidariedade e cidadania internacional, com um impacto significativo nas populações e na melhoria de vida. No entanto, de acordo com a linguagem da cooperação técnica para o desenvolvimento, outros objetivos se inserem com a finalidade de expansão no universo geográfico da Comunidade, assim Gala argumenta:

Nos seis anos passados desde aquela data, novos dois pilares vêm, mais recentemente, se conformando de modo a alargar os objetivos

comunitários. São eles a promoção da cooperação econômica e comercial, por um lado, e, por outro, da cidadania e circulação de pessoas no universo geográfico da Comunidade (GALA, 2002, p.19).

Os estados membros da Comunidade de Língua Portuguesa reconheceram oficialmente a Galiza como território lusófono, em 2011, quando aceitaram a inclusão da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP)<sup>33</sup> como membro ‘observador consultivo’. Como aponta Gala, uma “ação multilateral no âmbito da CPLP ocorre simultaneamente e em interação com as negociações bilaterais entre seus membros, sem que sejam substituídas ou enfraquecidas” (GALA, 2002, p.19). Sendo que, cada Estado membro que compõe a CPLP não mede esforços e busca reconhecer a partir de ações multilaterais e/ou de natureza bilateral um bom desempenho para seu país.

No caso galego, há uma preocupação com a preservação das identidades culturais e linguísticas diante do impacto da globalização, sem, contudo, abandonar a ressignificação de marcas identitárias, negar ou condenar totalmente a incorporação de sua inegável influência na normatização linguística e na produção cultural, pois a Unidade Autônoma (Galiza) está aliada aos propósitos de ampliação e de diversificação das suas parcerias diplomáticas, bem como de consolidação de novas áreas de influência representadas por interesses de Estados e de facilitação de novas oportunidades para os negócios econômicos ou comerciais.

Assim, para reforçar o argumento, Gala diz:

Como amplamente reconhecida e anunciada, essa perspectiva de presente e de futuro tem como pressupostos uma matriz histórica comum – a da expansão do império português e os laços privilegiados que se forjaram entre as colônias e a metrópole, ou mesmo entre as colônias, além da matriz cultural, também comum, cujo traço mais marcante não é apenas a língua portuguesa, mas também a tradição política e institucional do direito romano e da própria religião católica (GALA, 2002, p.20).

Se essa base histórica e cultural, que justifica a inclusão dos países de língua portuguesa a CPLP for também aplicada a Galiza, apelando-se aos vínculos linguísticos culturais, políticos e sociais compartilhados com a lusofonia, significaria que a Galiza teria de executar os seus interesses e objetivos conforme os parâmetros operacionais atribuídos pelo conjunto ulterior da supracitada organização internacional, que inclui

---

<sup>33</sup> A Academia Galega da Língua Portuguesa é uma entidade de iniciativa privada que elaborou o léxico da Galiza integrado ao Vocabulário da Língua Portuguesa.

também os pilares da cidadania e circulação de pessoas, da economia, do comércio e etc. Para Gala:

Os avanços da CPLP estão, dessa forma, condicionados aos interesses dos estados membros e à capacidade desses mesmos estados, em especial de seus Governos, mas também do conjunto da sociedade civil desses países, de identificarem conjuntamente os elementos de convergência naquilo que internamente definiram como sendo seu interesse nacional (GALA, 2002, p.20).

Em 2002, ocorreu em Brasília o seminário intitulado: “CPLP: Oportunidades e Perspectivas”. O encontro procurou estabelecer as relações com os países da língua portuguesa em desenvolvimento e o fortalecimento da CPLP no cenário internacional. De grosso modo, a CPLP atende aos estados membros em seus interesses de promover valores e objetivos comuns que pautam a inserção internacional.

A integração da AGLP como membro ‘observador consultivo’, em um plano político-diplomático significaria, como foi no caso do Brasil, que “os seus interesses estão associados ao empenho do Governo em garantir uma presença qualificada na nova arquitetura internacional, em particular nos foros em que são discutidos os grandes temas globais” (GALA, 2002, p.22). A Comunidade Autônoma, sob a égide da CPLP, vem tentando se projetar tanto na política regional, bem como internacional por meios desses fóruns de debates.

A cooperação em âmbito internacional, seria vantajosa para Galiza, mas demanda esforços por parte da sociedade civil, agentes políticos nacionais e instituições. É preciso que haja dentro da Galiza boa vontade desses agentes no que tange ao interesse de cooperação estratégica, e podemos dizer que atualmente tal interesse existe ao menos por parte dos Nacionalistas galegos, pois “a cooperação com os países de língua portuguesa passa a servir, dessa forma, como experiência relevante para a internacionalização das instituições” (GALA, 2002, p.24).

Entretanto, ao fortalecer os laços com os estados-membros, a Galiza abraça a CPLP, “porque ela partilha e participa dos anseios e dos desafios dos povos lusófonos. A começar pelo nosso imenso interesse em promover um idioma de imensa, extraordinária riqueza e expressividade” (GALA, 2002. p.24). Entende-se que, a participação da AGLP como membro observador consultivo na CPLP, tem levado as autoridades e a sociedade civil a se depararem com a necessidade de “definir uma política coordenada com vistas à difusão internacional da língua portuguesa, que é

patrimônio nacional, mas também patrimônio comum de toda a CPLP e dos povos que falam português espalhados pelo mundo” (GALA, 2002, p.24).

No que concerne ao interesse de promover o idioma português a Galiza já adotou medidas para inclusão da língua dentro do território galego. Em maio de 2013 o parlamento galego adotou por unanimidade a lei que permitirá paulatinamente a introdução da língua portuguesa nas escolas galegas.<sup>34</sup>

Em virtude dos fatos mencionados, é importante mencionar que a Galiza projeta em suas relações com os países lusófonos não apenas os seus interesses com o desenvolvimento interno, mas também, e de maneira muito especial, os valores de um padrão de convivência internacional que entende serem compatíveis com um projeto de globalização solidária.

Do ponto de vista econômico, uma aproximação da Galiza com os países da lusosfera traria benefícios econômicos evidentes e o setor econômico tanto na Galiza como na CPLP não se demonstram apáticos no que tange a questão da introdução da língua galega em direção à lusofonia, pois a entrada da Galiza seria considerada como fator de desenvolvimento interno e externo, pois facilitaria o acesso a um mercado de 250 milhões de falantes.

### **3.4 A Perspectiva Construtivista nas Relações Internacionais**

Novos paradigmas surgiram nas Relações Internacionais entre as décadas de 1980 e 1990, dentre eles destaca-se a Teoria Construtivista que é de suma importância, pois auxilia na compreensão dos elementos endógenos que contribuíram para a formação da identidade cultural galega e seu empenho em afirmá-la até mesmo no Sistema Internacional de Estados.

A teoria afirma que os Estados não são os únicos objetos de estudos das Relações Internacionais, porque existem outros atores que vão influenciar a natureza humana e os estados.

Para os construtivistas a ideia de ameaça coletiva, de alteridade política e cultural, são elementos importantes para se entender o comportamento dos atores dentro dos estados ou fora deles.

---

<sup>34</sup>Cf. **Galiza**. Parlamento regional aprova ensino do Português nas escolas. Disponível em: [<http://www.ionline.pt/artigos/mundo/galiza-parlamento-regional-aprova-ensino-portugues-nas-escolas>]. Acesso em 22 de fev. de 2014.

Os construtivistas abordam uma perspectiva reflexiva, onde o campo das ideias assume grande relevo. Assim, uma de suas principais contribuições foi inserir nas relações internacionais o debate acerca do papel das ideias no processo de intersubjetividade e a relação entre agente, estrutura, significados e realidade. Ou seja, a interação humana baseada em entendimentos coletivos e interesses vão criar certas estruturas que após serem reificadas são difíceis de serem modificadas. Ideias compartilhadas podem em si mesmas gerar comportamentos dos estados e na estrutura do Sistema Internacional.

A ideia de ameaça coletiva, por exemplo, além de ser construída socialmente, faz com que um ator no ato social interaja com outro sinalizando algo, gerando interpretações e respostas. A ameaça seria construída a partir da “sinalização” criando expectativas nos dois lados com interpretações dos comportamentos.

Dentre as principais escolas ou paradigmas utilizadas como ferramentas de interpretação de fenômenos culturais, étnicos e nacionais, encontra-se o Construtivismo de Alexander Wendt e Nicholas Onuf. O primeiro leva em consideração o papel da intersubjetividade na questão da não integração dos atores em suas relações sociais. Onuf porém, não deixa de levar em consideração elementos subjetivos tais como o papel do discurso no que concerne na formação da nação ou a ideia de ameaça.

A não integração total entre os grupos pode ser, em parte, explicada pelas possíveis regras e normas que regem as estruturas psíquicas, históricas e sociais dos agentes de construção. Para Wendt (1999) há um pressuposto construído entre os agentes de que um ator não deve se aproximar ou se entrosar com outro pelas políticas sociais, sólidas presentes na estrutura do seu "mundo".

Apesar da não existência de uma identidade primeira na relação entre os atores, pois tal identidade seria criada a partir dessa interação, determinantes domésticos ou sistêmicos afetam a intersubjetividade. O processo de intersubjetividade trata-se de um entendimento comum, um pressuposto estabelecido, que a priori, pode ser co-construído, ou seja, modificado pelos agentes. No caso da Galiza, o nacionalismo galego se torna um fator determinante para a marginalização do Estado espanhol e este por sua vez poderia reagir apropriadamente alegando atender as suas necessidades de segurança.

Para construtivistas como Onuf (2002) língua e linguagem são ferramentas que não tem apenas papel de canal, elas são instrumentos de construção. Pois, os agentes

criam regras que afetam a si próprios. Onuf ressalta o papel ativo do indivíduo agindo sobre o mundo através da linguagem e, estando portanto intimamente ligado a mudança, promovendo-a ou resistindo a ela. Ou seja, Onuf considera que a linguagem tem uma função constitutiva, observe:

Enquanto cada um de nós vive em um mundo inteiro que é unicamente nosso, nós partilhamos nossos mundos ao falar sobre eles para outras pessoas. Os mundos de que falamos só podem ser representações parciais e altamente seletivas do que vemos. Nós tornamos essas representações mais ou menos compatíveis ao dizer um ao outro não apenas o que vemos (ou queremos que vejam), mas também o que queremos que façam e porque deveriam fazê-lo. Falar sobre mundos é sempre um ato normativo. Ao falar, limitamos o número de mundos que somos capazes de identificar coletivamente (ONUF, 2002, pg. 121).

No discurso do Bloco Nacionalista Galego visto desde a perspectiva Construtivista também evidencia-se a criação de alteridade com relação ao Estado espanhol. Nicholas Onuf (1989), enfatiza como as relações sociais são baseadas em regras discursivas de comunicação. Essas regras podendo transformar materiais disponíveis em recursos de poder incluem alguns e excluem outros que não compartilham os mesmos interesses.

Através da comunicação, constituímos mundos e somos constituídos por eles. Vivemos numa imensa rede, seja ela cultural, econômica ou política, o fato é que todas as relações que permeiam a esfera social, são relações baseadas nos atos de fala. Para ele, comunicar não é apenas um processo de articulações de voz, tem função constitutiva, a comunicação é o que move a história, a fala, o agir, o sentir, ou seja, as relações entre agentes e estruturas. Daí, criamos as interações e o mundo.

Uma análise da dicotomia entre reintergracionistas e autonomistas vista a partir da perspectiva Construtivista de Onuf, evidencia que o desenrolar do embate abordado tem repercussões na identidade coletiva. Pois, é possível verificarmos no encontro destas duas perspectivas, o papel da identidade coletiva e de como está se projeta da ordem doméstica para ordem externa influenciando as relações internacionais. Ao considerar a existência de uma ligação etno-linguística com Portugal certas perspectivas dentro do território galego consideram que seu idioma oficial é também o dialeto oficial de um Estado vizinho, a República Portuguesa. Contudo, isso pode representar uma projeção internacional desse idioma, bem como dessa região. Por isso, objetiva-se a inclusão da “*naçom galega*” como pertencente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa- CPLP.

Assim, é possível verificarmos no embate destas duas perspectivas, de acordo com a Teoria Construtivista, o papel da identidade coletiva e de como esta se projeta da ordem doméstica para a ordem externa tendo como influência nas Relações Internacionais, pois a premissa básica desta teoria é que vivemos em um mundo que construímos, no qual somos protagonistas, ou melhor, refere-se a um mundo que podemos transformar ainda que sob certos limites, este mundo em permanente construção é construído pelos agentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do embate de natureza normativo-linguística da língua galega demonstrou certa coesão entre a perspectiva autonomista vertente política galega que prima pela sujeição desta Região Autônoma e o Estado espanhol. A perspectiva reintegracionista, porém objetiva a independência da Galiza e a junção das falas galegas a língua histórica conhecida mundialmente como língua portuguesa.

Enquanto isso, observa-se atualmente na Galiza o desenrolar do embate entre reintegracionistas e isolacionistas. É deveras interessante perceber como um embate de natureza linguística assumiu dimensões que revelam preferências políticas internas e tentativas de modificação de uma configuração que parece sacrificar o sistema linguístico original galego.

Os reintegracionistas denunciam tal configuração convencidos da ameaça estatal espanhola. Denunciam que a identidade da língua galega atrelada a sua ligação histórica com Portugal nunca havia sido questionada antes do processo de redemocratização. Afirmam categoricamente que sob uma aparência democrática e em troca de uma autonomia que lhes é de direito, a *Xunta de Galiza*, ou seja, o atual poder autonômico com seus representantes de direita política têm submetido o galego a uma “*substituição linguística*” estranha a sua identidade.

Objetivando uma pseudo-autonomia política, os isolacionistas tomaram decisões de caráter político que desvinculadas da tradição histórica de sua “nação”, acabaram por propiciar uma norma ortográfica que tem se revelado todos esses anos como a melhor fórmula de continuidade do brutal processo de imposição franquista, apenas por outras vias de aparência democráticas.

Portanto, a dificuldade do parlamento galego em aprovar matéria que explicita melhores relações com a lusofonia parece encontrar-se na influência e no fracasso dos planos do isolacionismo que em sua forma político institucional, tem se revelado todos esses anos como a melhor forma de sujeição da Galiza ao Estado espanhol. Podemos afirmar, que atualmente na Galiza está presente em toda sociedade e grupos políticos a consciência cívica de pertencimento a lusofonia favorecendo os reintegracionistas.

Este interessante embate revela, portanto, muito mais que simples discussões sobre que língua se basear para normatizar a gramática do galego, ele revela a tessitura

de preferências políticas internas que estão a se agudizar a cada dia e que pode trazer mudanças concretas no mapa político europeu e na lusosfera, com a agregação de mais um membro a CPLP, organização internacional que já aguarda a aprovação do Estado espanhol para referendar a participação da Galiza como membro observador.

A possível incorporação da Galiza a CPLP favoreceria a região de forte característica agrária tirando-a de sua condição precária resultante da incorporação espanhola gerando desenvolvimento industrial na Galiza, bem como acesso dessas populações ao universo geográfico dos países da Comunidade. É preciso esclarecer que a ideia de unidade da língua não é uma ideologia, pois tal concepção pode ser compartilhada por todos os partidos galegos e por pessoas de ambas as perspectivas.

Do ponto de vista político ou econômico os benefícios para a Galiza são evidentes. Poderia significar a oficialização de sua autonomia total em detrimento da atual configuração parcial. Poderia também trazer benefícios econômicos, desenvolvimento, industrialização e internalização de seu idioma.

Para tanto, os galegos precisam ainda vencer os desafios relacionados a sua tentativa de projeção internacional. Terão que resolver o problema de natureza normativa na Galiza inserindo o galego normalizado em todos os aspectos da vida social, econômica, cultural e política em seu território. Só assim poderão projetá-lo internacionalmente.

O problema frente ao Estado espanhol se encontra nas perspectivas de organizações políticas galegas que se declaram independentistas e reintegracionistas. O Estado espanhol sopesa hoje os riscos de ver uma região autônoma sua com um idioma próprio e certas aspirações separatistas, dar preferência às relações com um país vizinho, Portugal e querer integrar-se à Comunidade internacional dos Estados que têm o português como língua oficial através de sua incorporação a lusosfera.

Portanto, conclui-se que ao objetivarem uma incorporação a CPLP adotando seus pilares de atuação, torna-se evidente que os interesses da Galiza divergem do Estado do qual sujeita-se atualmente, e mais cedo ou mais tarde os galegos terão que enfrentar o nacionalismo espanhol.

## REFERÊNCIAS

ABRENTE, M. C. **Galiza e a diversidade lingüística no mundo subsídios para um diagnóstico actualizado da situação sociolingüística galega**. Coleção Construímos Galiza nº 4. Editora Abrente, 2006.

BLANCO, R. A; REI, F.F e SANTAMARINA, A. **A Língua Galega: historia e actualidade** actas do I Congreso Internacional 16-20 de setembro de 1996, Santiago de Compostela, Volume III, p.25.

CAMPOS, A. **O relacionamento Portugal-Galiza: das afinidades históricas e lingüísticas à cooperação econômica**. Porto: FLUP, 2009.

CPLP. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Disponível em: [www.cplp.org/]. Acesso em 10 de fev. 2014.

DO MELHOR. **A Xunta considera Portugal uma prioridade para Galiza**. Disponível em: [http://domelhor.net/tv/story.php?id=73120]. Acesso em 17 jan 2014.

Dossier Monográfico da Revista Voz Própria. In: **Reintegracionismo lingüístico: identidade e futuro para o galego**. VII Edição, nº 19, terceiro quadrimestre, 2007, p.16.

ESPAÑA, Congreso. **Constitución Española**. Disponível em: [www.congreso.es/consti/]. Acesso em 17 fev. 2014.

FERNÁNDEZ, P.M. **Autonomismo vs Reintegracionismo**. Um conflito normativo visto desde a Análise Crítica do Discurso Especializado, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Editora Nova Fronteira, 1996.

ISSU. **Reintegracionismolingüístico: identidade e futuro para o galego**. Disponível em: [http://issu.com/fromgaliza/docs/dossier-vozpropria-19]. Acesso em 11 fev. 2014.

**Galiza**. Parlamento regional aprova ensino do Português nas escolas. Disponível em: [http://www.ionline.pt/artigos/mundo/galiza-parlamento-regional-aprova-ensino-portugues-nas-escolas]. Acesso em 22 de fev. de 2014.

GALA, I. **Os pilares de atuação da CPLP e os interesses do Brasil**. *MRE website*, 2002, p.19-25. Disponível em: [www.mre.gov.br/dc/temas/CPLP\_Port\_3.pdf]. Acesso em: 15 jan. 2014.

GALICIA, Xunta de Galicia. **Estatuto de Autonomía de Galicia**. Disponível em: [www.xunta.es/título-preliminar]. Acesso em 17 jan. 2014.

\_\_\_\_\_ História da Língua em Banda Desenhada. Meendinho Edições, 1992.

MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO. **A situação do Português na Galiza: a desconstrução do modelo normalizador auto-anêmico**. Disponível em:

[<http://movimentolusofono.wordpress.com/2009/12/11/a-situacao-do-portugues-na-galiza-a-desconstrucao-do-modelo-normalizador-autoanemico/>]. Acesso em 17 mar 2013.

ONU, Nicholas Greenwood. **World of our making: rules and rule in social theory and international relations**. Columbia, S.C.: University of South Carolina Press. 1989

ONU, Nicholas. **Worlds of Our Making: The strange Career of constructivism in international relations**. In: PUCHALA, Donald. **Visions of International Relations: Assessing an Academic Field**. Columbia: University Of South Carolina Press. 2002.

PASTOR, Jaime. **Los Nacionalismos, el Estado español y la izquierda: Una perspectiva histórica y teórica**. Viento Sur: Madrid, 2012.

PORTAL GALEGO DA LÍNGUA. **CPLP com portas abertas para a adesão da Galiza**. Disponível em: [[www.agal-gz.org/modules.php?name=News&file=article&sid=1486](http://www.agal-gz.org/modules.php?name=News&file=article&sid=1486)]. Acesso em 17 mar 2013.

PORTUGALIZA.COM. Portugaliza avança, mas ainda não está pronta. Disponível em: [<http://www.portugaliza.com/>]. Acesso em 14 de fev. 2014.

REAL ACADEMIA GALEGA. **Real Academia Galega**. Disponível em: [<http://www.realacademiagalega.org/GoToMainPage.do>]. Acesso em 17 mar 2013.

RTP. Governo aberto a estudar transmissão “complexa” de televisões portuguesas na Galiza. Disponível em: [<http://www.rtp.pt/noticias/?article=143468&visual=3&layout=10>]. Acesso em 14 de fev. de 2014.

SAPO NOTÍCIAS. **CPLP: Galiza com estatuto de observador associado só com «sim» de Madrid**. Disponível em: [<http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/540e9ba4b19eb7b555b54b.html>]. Acesso em: 16 de fev. de 2014.

SEIXAS, Xosé Manuel Nuñez. **Os nacionalismos na Espanha contemporânea: uma perspectiva histórica e algumas hipóteses para o presente**, 1995.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge Studies in International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

III SEMINÁRIO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS. **25 anos de atividade cívica, investigação, discussão sobre a língua nacional: o contributo de António Gil**. Disponível em: [[www.lusografia.org/amizadegp/zebral-contributo.htm](http://www.lusografia.org/amizadegp/zebral-contributo.htm)]. Acesso em 17 mar 2013.